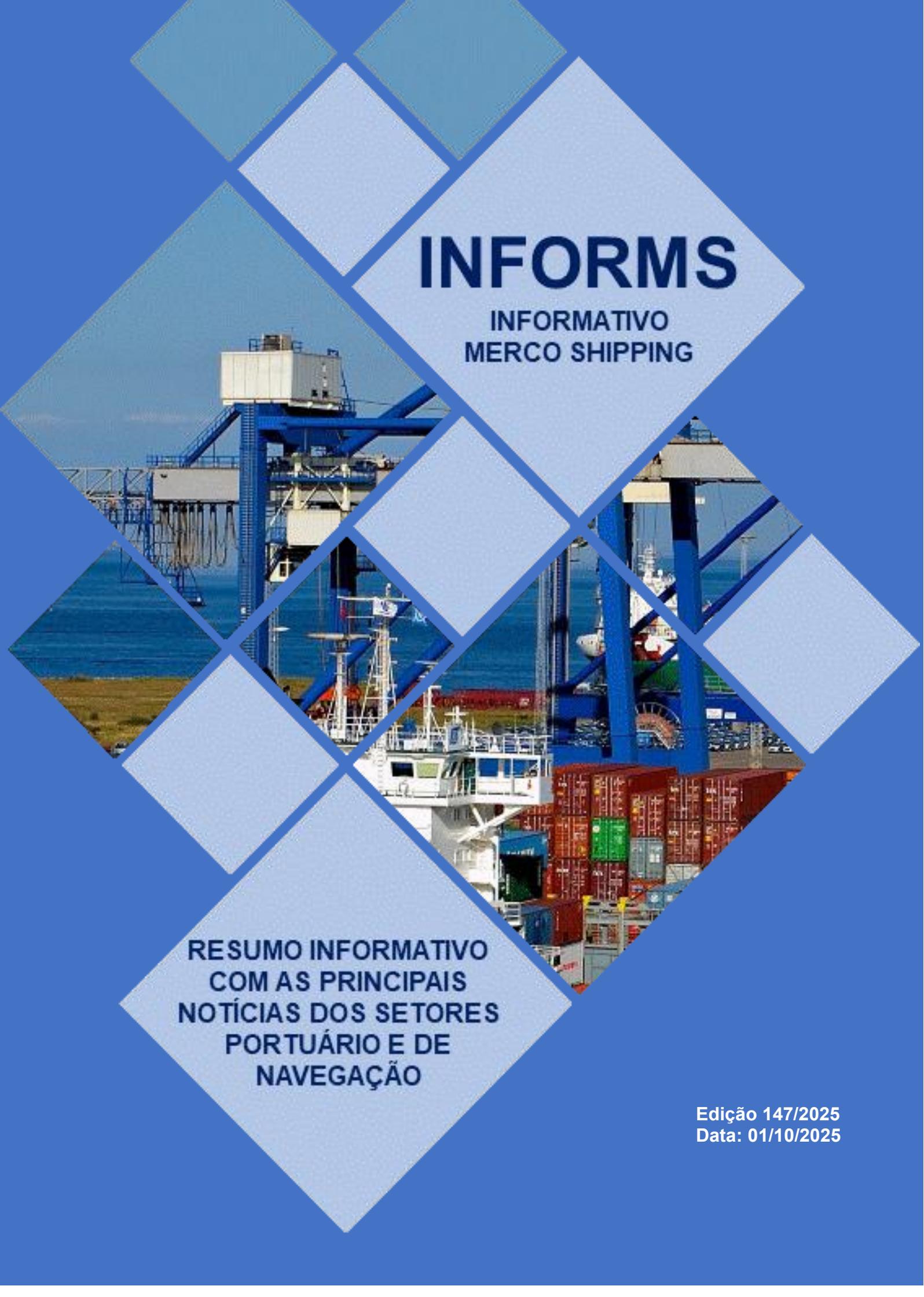


# INFORMS

INFORMATIVO  
MERCO SHIPPING



RESUMO INFORMATIVO  
COM AS PRINCIPAIS  
NOTÍCIAS DOS SETORES  
PORTUÁRIO E DE  
NAVEGAÇÃO

Edição 147/2025  
Data: 01/10/2025



## ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

<b>A TRIBUNA DIGITAL (SP)</b> .....	<b>4</b>
PARLAMENTARES E PREFEITO DE SANTOS QUEREM NOVA ARRECADAÇÃO AOS MUNICÍPIOS PORTUÁRIOS.....	4
COMISSÃO DE DEPUTADOS VISITA O PORTO DE SANTOS E DEBATE PL DOS PORTOS.....	5
DRAGAGEM DO PORTO DE SÃO SEBASTIÃO ATINGE 40% DA OBRA.....	7
PORTO DE SANTOS MANTÉM CANAL COM 15 METROS DE PROFUNDIDADE APÓS DRAGAGEM; VEJA AS NOVIDADES.....	7
<b>ME – MOVIMENTO ECONÔMICO</b> .....	<b>8</b>
CEARÁ É LÍDER NO NE E ALAGOAS AVANÇA NO RANKING NACIONAL DE TRANSPARÊNCIA.....	8
COM APROVAÇÃO PARA 54 EMPRESAS, PE SE APROXIMA DE R\$ 1 BI EM INCENTIVOS FISCAIS.....	10
ESPECIALISTAS APONTAM POTENCIAL DA ZPE DE SUAPE PARA ENERGIAS LIMPAS E AÇO VERDE.....	11
RECIFE É A CAPITAL NORDESTINA MAIS TRANSPARENTE E A 2ª NO BRASIL.....	13
<b>ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS</b> .....	<b>14</b>
ANTAQ REALIZA WEBINÁRIO SOBRE O AFRETAMENTO POR TEMPO NA NAVEGAÇÃO DE CABOTAGEM.....	14
ANTAQ APRESENTA RESULTADOS DOS GRUPOS DE TRABALHOS DO PROGRAMA NAVEGUE SIMPLES.....	15
<b>GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF</b> .....	<b>16</b>
ONZE AEROPORTOS DO BRASIL ESTÃO ENTRE OS MAIS PONTUAIS DO MUNDO, APONTA RANKING INTERNACIONAL.....	16
CINCO AEROPORTOS DA REGIÃO NORDESTE BATEM RECORDE DE MOVIMENTAÇÃO EM 2025.....	18
MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS REALIZA 1ª JORNADA NAVEGUE SIMPLES.....	19
<b>GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF</b> .....	<b>20</b>
RENAN FILHO ASSINA CONTRATO DE CONCESSÃO DA BR-040/495/MG/RJ NESTA QUINTA (2).....	20
<b>BE NEWS – BRASIL EXPORT</b> .....	<b>21</b>
EDITORIAL – DIA DE CAOS NO SANTOS DUMONT.....	21
NACIONAL - HUB – CURTAS - PROGRAMA NAVEGUE SIMPLES AVANÇA E LANÇA SEGUNDA ETAPA EM BRASÍLIA.....	22
<i>Navegue Simples</i> .....	22
<i>Segunda etapa</i> .....	22
<i>O programa</i> .....	22
<i>Defesa contra ciberataques</i> .....	22
<i>Medidas</i> .....	22
NACIONAL - ALCKMIN AFIRMA QUE GOVERNO ESTÁ MOBILIZADO CONTRA TARIFAS DOS EUA.....	22
NACIONAL - CHEFE DE GABINETE DE ALCKMIN DIZ QUE TARIFAÇO PODE VIRAR OPORTUNIDADE PARA BRASIL.....	23
NACIONAL - QUASE 12 HORAS DE INTERDIÇÃO NO SANTOS DUMONT AFETAM 161 VOOS E 16 MIL PASSAGEIROS.....	24
NACIONAL - ANAC ORIENTA SOBRE ASSISTÊNCIA EM ATRASOS E CANCELAMENTOS.....	25
REGIÃO NORDESTE - PERNAMBUCO E UNIÃO FIRMAM PROTOCOLO PARA INSTALAR ZPE EM SUAPE.....	26
REGIÃO SUL - MPOR E PORTO DE ITAJAÍ PRORROGA CONTRATO COM A JBS POR MAIS DOIS ANOS.....	27
REGIÃO SUDESTE - COMISSÃO DO PL 733 DEVERÁ TER MAIS SESSÕES PARA “MATURAR PROJETO”, DIZ PRESIDENTE.....	28
C O N E X ã O NORDESTE - ESTADOS DO NORDESTE SE UNEM E APRESENTAM A REGIÃO COMO PRODUTO TURÍSTICO ÚNICO NO MERCADO INTERNACIONAL.....	30
C O N E X ã O NORDESTE - RIO GRANDE DO NORTE ABRE MAIS DE 5,3 MIL VAGAS FORMAIS DE TRABALHO EM AGOSTO.....	30
C O N E X ã O NORDESTE - GOVERNO DE PERNAMBUCO FORMALIZA PROTOCOLO COM GOVERNO FEDERAL PARA IMPLANTAÇÃO DA ZPE NO COMPLEXO DE SUAPE.....	31
<b>BAHIA ECONÔMICA - BA</b> .....	<b>32</b>
ELETOBRAS INSTALA MÁQUINAS DE MINERAÇÃO DE BITCOIN NA BAHIA.....	32
GOVERNO CRIA GRUPO DE TRABALHO PARA REGULAMENTAR EÓLICA EM ALTO-MAR NO BRASIL.....	33
<b>JORNAL O GLOBO – RJ</b> .....	<b>33</b>
GOVERNO AUTORIZA LEILÃO DE CAMPOS DO PRÉ-SAL QUE DEVE ARRECADAR R\$ 14,8 BILHÕES.....	33
LULA SE REÚNE COM LÍDERES DO UNIÃO E PP ANTES DE VOTAÇÃO DO IR NA CÂMARA.....	34
AMAZON PARTE PARA A GUERRA CONTRA MERCADO LIVRE E SHOPEE NO BRASIL.....	35
COM AÇO CHINÊS BARATO, GERDAU SEGURA INVESTIMENTO DE US\$ 400 MILHÕES NO BRASIL E MIRA EXPANSÃO NOS EUA.....	36
TRUMP DIZ QUE PEDIRÁ A XI QUE COMPRE SOJA DOS EUA EM SUA PRÓXIMA REUNIÃO.....	37
GOVERNO TENTA MANTER RELATÓRIO DE LIRA SOBRE ISENÇÃO NO IR E ENFRENTA PRESSÃO DE OPOSIÇÃO E RURALISTAS.....	38
URUGUAI QUER QUE EXPATRIADO RICO PAGUE MAIS POR INCENTIVO FISCAL.....	39
GOVERNO PEDE NOVOS ESTUDOS PARA DECIDIR FUTURO DA USINA NUCLEAR DE ANGRA 3.....	40



<b>O ESTADO DE SÃO PAULO - SP</b> .....	<b>41</b>
CHINA SUSPENDE COMPRA DA MAIOR MINERADORA DO MUNDO; PREMIÊ DA AUSTRÁLIA REAGE .....	41
GOVERNO CRIA GRUPO DE TRABALHO PARA REGULAMENTAR EÓLICA EM ALTO-MAR NO BRASIL.....	43
BNDES CRIA LINHA DE CRÉDITO PARA RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS DE PRODUTORES RURAIS .....	44
PETROBRAS E ELEA FECHAM CONTRATO DE R\$ 2,3 BI PARA USO DE DATA CENTER EM SÃO BERNARDO DO CAMPO.....	45
MASTER IMOBILIÁRIO: NO SUL, COMPLEXOS GANHAM DESTAQUE POR OFERTAR ESTRUTURA URBANÍSTICA NO LITORAL.....	45
<b>VALOR ECONÔMICO (SP)</b> .....	<b>47</b>
TRUMP E DEMOCRATAS TRAVAM BATALHA DE NARRATIVAS APÓS PARALISAÇÃO DO GOVERNO.....	47
FORÇA NACIONAL VAI APOIAR AÇÕES DA FUNAI NO PARÁ E MATO GROSSO.....	50
CNPE DEFINE ÍNDICES MÍNIMOS DE CONTEÚDO LOCAL PARA EMBARCAÇÕES DE APOIO MARÍTIMO .....	50
BRASIL E CHINA: OS DOIS GIGANTES QUE PODEM SALVAR – OU TRAVAR – A TRANSIÇÃO VERDE .....	51
GERDAU PROJETA CRESCIMENTO MODERADO NO BRASIL EM 2026 E VÊ OPORTUNIDADE COM QUEDA DAS IMPORTAÇÕES NOS EUA.....	53
<b>PORTAL PORTOS E NAVIOS</b> .....	<b>54</b>
FERROPORT USA IÁ PARA MONITORAR QUALIDADE DO MINÉRIO EMBARCADO .....	54
COSTA FILHO DEFENDE USO DO FMM PARA FERROVIAS QUE OPERAM NAS POLIGONAIS .....	55
ULTRACARGO INAUGURA TERMINAL EM TOCANTINS.....	56
PORTOS DO PARANÁ FAZ DRAGAGEM DE MANUTENÇÃO DO CANAL DE ANTONINA .....	56
AGENDA DO MPOR NO AMAZONAS TEM INAUGURAÇÃO DE IP4 E APRESENTAÇÃO DE PROJETO PARA PORTO DE EIRUNEPÉ ...	57
ARTIGO - MARGEM EQUATORIAL: EXPLORAÇÃO DO PETRÓLEO É IMPERATIVO PARA O DESENVOLVIMENTO DO PAÍS .....	58
ARTIGO - RODOCABOTAGEM GANHA ESPAÇO NA BUSCA POR EQUILÍBRIO NA MATRIZ DE TRANSPORTES .....	59
ARTIGO - TECON SANTOS 10 E O ARGUMENTO GEOPOLÍTICO DO MOMENTO.....	61
VLI E TEREOS OPERAM AÇÚCAR POR FERROVIA COM COMPENSAÇÃO DE CARBONO .....	63
GOVERNO FEDERAL E PERNAMBUCO ASSINAM PROTOCOLO PARA ZPE EM SUAPE.....	64
P-78 CHEGA AO CAMPO DE BÚZIOS .....	64
<b>MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA</b> .....	<b>65</b>
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA <a href="http://MERCOSHIPPING.COM">MERCOSHIPPING.COM</a> E NO <a href="http://LINKEDIN.COM">LINKEDIN.COM</a> .....	65



### A TRIBUNA DIGITAL (SP)

## PARLAMENTARES E PREFEITO DE SANTOS QUEREM NOVA ARRECADAÇÃO AOS MUNICÍPIOS PORTUÁRIOS

Criação de uma fonte de recursos para cidades portuárias está no projeto que atualiza o marco legal do setor

*Por Bárbara Farias 1 de outubro de 2025*



***Segundo o projeto, taxas adicionais seriam repassadas às cidades como compensação pelos impactos causados pela atividade portuária (Alexsander Ferraz/AT)***

A proposta de criação de uma nova fonte de arrecadação para municípios portuários, a partir da receita dos portos, prevista no Projeto de Lei (PL) 733/2025, de revisão do marco legal portuário, é defendida tanto pelos deputados federais que compõem a comissão especial da Câmara que

analisa o PL quanto pelo prefeito de Santos, Rogério Santos (Republicanos). A questão foi destacada nesta terça-feira (30), durante reunião realizada com a comissão, no Paço Municipal.

Os artigos 92 a 97 do projeto de lei citam diretrizes voltadas à relação porto-cidade. O Artigo 97 estabelece o repasse, aos municípios portuários, de 1% da receita bruta anual da Autoridade Portuária com tarifas portuárias e 5% do valor de outorga (dinheiro que a empresa paga ao poder público para assumir um terminal) ofertado em lances de leilões de concessões ou arrendamentos.

Caso o terminal ou porto abranja mais de um município, a divisão, diz a proposta, será proporcional ao volume de cargas movimentado em cada local nos últimos 12 meses. Os repasses serão feitos diretamente pela Autoridade Portuária aos municípios beneficiados.

O deputado federal Paulo Alexandre Barbosa (PSDB) defende que as prefeituras das cidades portuárias têm direito a compensações pelos impactos resultantes da atividade portuária. O prefeito de Santos, Rogério Santos (Republicanos), se posiciona a favor do aumento de receita oriunda das tarifas do Porto.

“São compensações destinadas para investimentos locais em áreas sociais e de logística. Nosso objetivo é ampliar a qualidade de vida. Esses recursos devem compensar os impactos da atividade portuária, como a perda de faixa de praia, a poluição marinha e os problemas de mobilidade. É essencial equilibrar a importância do porto para a economia com a qualidade de vida da população local”, destaca o chefe do Executivo santista.

Relator da comissão especial, o deputado federal Arthur Maia (União-BR) é um dos principais entusiastas do aumento de receita às cidades portuárias. “Eu defendo que o repasse de 1% da receita bruta das tarifas portuárias e 5% das outorgas dos leilões de concessões é muito justo porque a atividade portuária traz benefícios, mas também ônus para as cidades, no caso aqui, Santos e Guarujá. Não há como desenvolver uma boa relação porto-cidade sem uma inversão de dinheiro”.

Já o presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini, é contrário à arrecadação adicional aos municípios portuários, mencionando, por exemplo, a Lei Complementar 793/2013, da Prefeitura de Santos, que disciplina a exigência do Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança (EIV) às empresas portuárias.

“Somente com essa lei, a Prefeitura de Santos arrecadou dos terminais da Margem Direita mais de R\$ 500 milhões”.

Pomini entende que a legislação santista pode servir de modelo aos demais municípios conectados ao Porto de Santos. “Esse é o caminho, que os quatro ou cinco municípios conectados com o Porto de Santos e com outros portos criem uma legislação própria e específica para calcular o impacto dessas operações e estabelecer as contrapartidas para a construção de creches e de prédios públicos do interesse das cidades”.

### **Entidades empresariais questionam repasse**

A proposta de criação de uma nova fonte de arrecadação para municípios portuários, a partir da receita dos portos, foi criticada por entidades representativas dos terminais portuários, na última quarta-feira, durante audiência pública da comissão especial da Câmara dos Deputados que analisa o Projeto de Lei (PL) 733/2025, em Brasília.

Conforme publicou A Tribuna, o presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP), Jesualdo Silva, disse que já existem instrumentos legais adequados para equilibrar o desenvolvimento urbano e a atividade portuária.

O presidente da Associação Terminais Portuários Privados (ATP), Murillo Barbosa, também afirmou ser contrário a uma política pública que se aplique a todas as instalações portuárias e ressaltou que é necessário reanalisar o tema.

O diretor-executivo da Associação Brasileira de Terminais de Contêineres (Abratec), Caio Morel, pontuou que o setor portuário já contribui com o ISS e que essa questão não deveria ser tratada nesse projeto de lei.

O presidente da Federação Nacional das Operações Portuárias (Fenop), Sérgio Aquino, ponderou que as empresas já pagam impostos sobre tarifas e que não há sentido na proposta. Aquino sugeriu ainda que as previsões de repasses adicionais sejam revistas pelo relator, já que isso poderia reduzir os investimentos nos ativos portuários.

**Fonte: A Tribuna Digital - SP**  
**Data: 01/10/2025**

## **COMISSÃO DE DEPUTADOS VISITA O PORTO DE SANTOS E DEBATE PL DOS PORTOS**

Parlamentares conferem operações de terminais, se reúnem com prefeitos e discutem modernização da legislação portuária; sindicato protesta pacificamente em frente à Prefeitura

**Por Bárbara Farias 1 de outubro de 2025**



***Dentro de um ônibus, parlamentares percorreram as instalações de um terminal portuário e puderam conversar com empresários do setor (Alexander Ferraz/AT)***

Deputados federais que compõem a comissão especial que analisa o Projeto de Lei (PL) 733/2025, de revisão do marco legal portuário, conferiram pessoalmente, nesta terça-feira (30), as operações do terminal da BTP, no Porto de Santos, e se reuniram com representantes das prefeituras de Santos e Guarujá, no Paço Municipal santista. A questão trabalhista do projeto e a criação de uma nova fonte de arrecadação proveniente da atividade portuária para as cidades diretamente afetadas pelas operações nortearam as discussões ao longo do dia.

A visita técnica da comitiva foi conduzida pelo deputado federal e 2º vice-presidente da comissão, Paulo Alexandre Barbosa (PSDB), autor da iniciativa. “A ideia é apresentar a realidade das empresas e ouvir os trabalhadores. Quanto maior for a escuta, maior a chance de acertar e construir um texto final que possa representar, não o interesse desse ou daquele segmento, mas o interesse do País”, disse o parlamentar aos jornalistas na BTP.

Membro titular da comissão especial, a deputada federal Rosana Valle (PL) pontuou que tem se dedicado à área portuária na Câmara Federal. “Tenho feito o meu trabalho, o meu papel, com vários projetos na área portuária, como a volta do poder deliberativo do CAP (Conselho de Autoridade Portuária)”. Suplente da comissão especial do PL 733/2025, o deputado federal Carlos Alberto da Cunha, o Delegado Da Cunha (PP), também acompanhou a visita.

O deputado federal Arthur Maia (União-BA), relator do PL na comissão, ressaltou que, pelo fato de a proposta tratar da modernização da legislação portuária, era fundamental visitar o cais santista, que é o mais estratégico do País e o maior do Hemisfério Sul. “Nós haveremos de trazer uma legislação equivalente à que o Brasil precisa, consoante com as mais modernas experiências que temos visto mundo afora e, certamente, isso facilitará o setor portuário brasileiro”.



### ***Deputados ressaltaram a importância do maior porto do Brasil (Alexsander Ferraz/AT)***

Já o presidente da comissão, deputado federal Murilo Galdino (Republicanos-PB), afirmou que o cronograma de trabalho poderá se estender além das 40 audiências públicas estipuladas inicialmente. “Trata-se de uma matéria muito complexa e vamos ter um ganho se prolongarmos por mais dez ou 20 sessões. Teremos um texto maduro para que seja terminativo na comissão e não precise ir ao plenário para apreciação e votação”.

Uma vez aprovado na comissão, se não houver pedido de discussão em plenário, o PL seguirá para análise do Senado. Caso o Senado altere o texto, devolve à Câmara. Se acatar o projeto, envia para sanção presidencial. Se for sancionada, a nova Lei dos Portos substituirá a Lei 12.815/2013, que está em vigor.

Galdino estima que a comissão conclua os trabalhos no início de 2026. “Até o começo do próximo ano tem que ser votado na Câmara dos Deputados. O projeto vai ao Senado, que se der celeridade na avaliação e votação, acredito que até o ano que vem essa legislação já poderá ser promulgada e publicada”.

A comitiva, que também contou com empresários, seguiu do terminal para a sede da Prefeitura de Santos. A reunião com o prefeito Rogério Santos (Republicanos) e outras autoridades municipais durou três horas. A discussão foi sobre os principais aspectos do PL, como o fim da exclusividade do trabalhador portuário avulso e a expansão dos arrendamentos.

“Trata-se de uma lei fundamental para o Brasil, que afeta diretamente a cidade de Santos e os trabalhadores portuários. É preciso coragem para promover mudanças, modernizar e atrair capital externo. Vejo que as propostas apresentadas e a capacidade de diálogo mostram um caminho positivo”.

### **Protesto e programação**

Membros do Sindicato dos Estivadores de Santos, São Vicente, Guarujá e Cubatão (Sindestiva) realizaram um protesto pacífico em frente à Prefeitura de Santos, na Praça Mauá, contra a aprovação do PL 733/2025. Os principais manifestantes foram recebidos pelo prefeito Rogério Santos e acompanharam a reunião com a comissão especial, nas dependências do Paço.

A comitiva de deputados prossegue com as visitas técnicas na manhã desta quarta-feira (1º). Às 9 horas, os membros se reunirão com o presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini, na sede administrativa do Porto. Às 9h40, seguirão para o terminal da Eldorado Brasil Celulose. De lá, às 11 horas, visitarão o Parque Valongo, onde embarcarão em uma lancha catamarã para um passeio pelo canal do Porto até a Ponte Edgar Perdigão, na Ponta da Praia, onde desembarcarão, encerrando a programação.

**Fonte: A Tribuna Digital - SP**

**Data: 01/10/2025**

## DRAGAGEM DO PORTO DE SÃO SEBASTIÃO ATINGE 40% DA OBRA

Intervenção no berço 101 já retirou 22 mil metros cúbicos de sedimentos e deve ser concluída em outubro

**Por A Tribuna.com.br 1 de outubro de 2025**



**O objetivo da dragagem é restabelecer a profundidade operacional mínima de dez metros no berço de atracação (Divulgação/Semil)**

O Porto de São Sebastião avança na dragagem de manutenção do berço 101, obra essencial para a operação eficiente do terminal portuário. Com conclusão prevista para outubro, a intervenção já retirou, até a semana passada, 22 mil metros cúbicos de sedimentos, correspondendo a 40% do volume total previsto. A draga opera 24 horas por

dia, realizando aproximadamente dez ciclos diários.

O objetivo da dragagem é restabelecer a profundidade operacional mínima de dez metros no berço de atracação, garantindo mais segurança e previsibilidade nas operações. A obra é conduzida pela Companhia Docas de São Sebastião (CDSS), cumprindo todas as exigências ambientais vigentes.

Os sedimentos vão para o Dique de Contenção, área interna ao Porto. Como são de boa qualidade, sem contaminação, podem ser reaproveitados.

**Fonte: A Tribuna Digital - SP**

**Data: 01/10/2025**

## PORTO DE SANTOS MANTÉM CANAL COM 15 METROS DE PROFUNDIDADE APÓS DRAGAGEM; VEJA AS NOVIDADES

Serviço de dois meses retirou sedimentos do estuário e garante acesso de navios de grande porte

**Por A Tribuna.com.br 1 de outubro de 2025**



**Draga atuando na remoção de sedimentos: serviço foi feito da Alemoa até a Barra, na Ponta da Praia (APS/Divulgação)**

A Autoridade Portuária de Santos (APS) concluiu, no mês passado, um serviço de dragagem no Porto. O trabalho durou cerca de dois meses e consistiu na retirada de sedimentos e manutenção da profundidade esperada no canal de navegação, desde a região da Alemoa até a Barra, na Ponta da Praia. O serviço contemplou também berços de atracação.

Após a dragagem, a APS realizou batimetria, que confirmou as profundidades – o canal de navegação, por exemplo, permanece com aproximadamente 15 metros, permitindo o acesso por navios de grande porte.

Graças à dragagem, o Porto de Santos vem mantendo o calado operacional e a segurança da navegação. O complexo portuário está situado em um estuário que recebe volume significativo de sedimentos, que podem provocar assoreamento, diz a APS.

As ações não visam apenas o presente, mas principalmente o futuro do cais santista, afirma o presidente da gestora do Porto, Anderson Pomini. Manter o calado atual é essencial, mas nós já estamos dando andamento no aprofundamento do canal, algo que não é feito há mais de dez anos, atendendo a uma necessidade do mercado, que é o aprofundamento do canal de navegação do Porto de Santos.

A obra começou pelo derrocamento de rochas no estuário: Estamos abrindo caminho para chegarmos aos 16 e, na sequência, aos 17 metros de profundidade, o que trará a tranquilidade para recebermos os maiores navios do mundo, afirma Pomini.

Fonte: *A Tribuna Digital - SP*  
Data: 01/10/2025



## ME – MOVIMENTO ECONÔMICO

### CEARÁ É LÍDER NO NE E ALAGOAS AVANÇA NO RANKING NACIONAL DE TRANSPARÊNCIA

De acordo com ranking, Maranhão, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Paraíba foram classificadas como bons

Por *Vanessa Siqueira* - De Alagoas [vanessa.siqueira@movimentoeconomico.com.br](mailto:vanessa.siqueira@movimentoeconomico.com.br)



**Controladoria Geral do Estado de Alagoas destaca boas práticas avançar 13 posições no ranking de transparência nacional. Foto: Thiago Sampaio**

O Nordeste volta a ganhar destaque positivo no ranking da governança pública no Brasil. O novo Índice de Transparência e Governança Pública (ITGP) 2025, divulgado pela ONG Transparência Internacional, aponta que a região tem dois de seus estados entre os seis mais bem avaliados do país. O Ceará aparece como o líder do Nordeste e

o quarto colocado no ranking nacional, com 89 pontos. Já Alagoas registrou uma considerável melhora nesta edição, saindo da 19ª em 2024 para a 6ª posição, alcançando 81,3 pontos e passando a figurar entre os estados com avaliação “ótima”.

Com base na análise de critérios como transparência ativa, governança interna, transformação digital, canais de comunicação e participação da sociedade, o ranking busca medir o compromisso das administrações estaduais com a integridade pública e a prestação de contas.

No caso do Ceará, o desempenho foi destacado em áreas como plataformas digitais, inovação institucional e mecanismos de controle, o que garantiu ao estado a melhor colocação da região. Nas redes sociais, o governador Elmano de Freitas comemorou o resultado e reforçou o compromisso com a transparência. “Comprova que estamos no caminho certo, investindo em inovação,

modernização digital e mecanismos que fortalecem a governança pública. Seguiremos trabalhando com responsabilidade e respeito ao cidadão”, afirmou.

Já o secretário-chefe da Controladoria e Ouvidoria Geral do Ceará, Aloísio Carvalho, ressaltou que o resultado é fruto de um trabalho técnico contínuo. “A conquista da 4ª posição nacional e o 1º lugar no Nordeste é reflexo do esforço conjunto para consolidar uma gestão mais próxima da sociedade e fortalecida em integridade”, pontuou.

### Alagoas dá salto em ranking de transparência

O avanço de Alagoas foi comemorado pelo Executivo estadual, que saiu de uma posição intermediária no ranking e agora figura entre os seis melhores do Brasil. A controladora-geral do Estado, Sâmara Suruagy, classificou o resultado como uma conquista histórica para a atual gestão. “Saímos de uma baixa colocação e agora estamos entre os melhores do Brasil. Alagoas teve a maior variação, subindo 13 colocações, um resultado extremamente relevante. Hoje é um dia de muita alegria e realização, principalmente para nós da CGE”, declarou.

A superintendente de Ouvidoria e Transparência, Fabrícia Oliveira, destacou que o avanço representa mais do que uma boa colocação. Segundo ela, é a consolidação de um modelo de gestão pública que aposta na clareza da informação e no envolvimento da sociedade. “Vamos seguir com o compromisso de ampliar mecanismos de transparência, participação social e integridade, garantindo que o cidadão alagoano tenha acesso a informações claras e confiáveis sobre o governo”, afirmou.



**Estados nordestinos apresentam melhora em transparência e governança em ranking nacional. Foto: ITP**

### Desempenho dos demais estados do Nordeste

Além de Ceará e Alagoas, outros estados do Nordeste se destacaram positivamente no ranking. O Maranhão ficou em 7º lugar, com 76,9 pontos, seguido pelo Amazonas, Pernambuco, Mato Grosso e São Paulo, todos acima dos 75 pontos. O Rio Grande do Norte e a Paraíba também ficaram acima dos 60 pontos, sendo classificados como “bons”.

No entanto, o Nordeste ainda convive com desigualdades na avaliação. Três estados da região estão entre os sete piores colocados do Brasil: Sergipe (23º lugar, 51,5 pontos), Piauí (24º, com 50,7) e Bahia (22º, com 53,1), todos ainda com nota considerada “regular” no índice. Roraima, Amapá e Acre fecham o ranking nacional, com notas abaixo de 50 pontos.

O Índice de Transparência e Governança Pública é elaborado anualmente pela Transparência Internacional com o objetivo de estimular os entes federativos a aprimorarem seus mecanismos de controle, transparência e participação social. A nova edição reforça que a transparência não é apenas um conceito abstrato, mas um diferencial competitivo na administração pública e, ao menos em parte do Nordeste, esse entendimento tem se traduzido em bons resultados.

**Fonte: ME – Movimento Econômico**

**Data: 01/10/2025**

### COM APROVAÇÃO PARA 54 EMPRESAS, PE SE APROXIMA DE R\$ 1 BI EM INCENTIVOS FISCAIS

Conselho estadual autorizou nesta terça R\$ 54,7 milhões para indústrias, importadoras e centrais de distribuição que devem gerar 498 empregos. Acumulado de incentivos fiscais em 2025 chega a R\$ 969,9 milhões em quatro reuniões

**Da Redação ME - [redacao@movimentoeconomico.com.br](mailto:redacao@movimentoeconomico.com.br)**



**Os projetos aprovados para receber incentivos fiscais em Pernambuco incluem 30 indústrias, oito importadoras e 16 centrais de distribuição. Foto: Antônio Holanda/Adepe**

Pernambuco aprovou nesta terça-feira (30) incentivos fiscais para 54 projetos empresariais que preveem investimentos de R\$ 54,7 milhões e a criação de 498 empregos no estado. Com a decisão, o estado se aproxima da marca de R\$ 1 bilhão em investimentos aprovados em 2025, somando R\$ 969,9 milhões no

acumulado do ano.

A aprovação foi tomada na 133ª reunião do Conselho Estadual de Políticas Industrial, Comercial e de Serviços (Condic), realizada na sede da Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco (Adepe), no Recife. Os projetos aprovados incluem 30 indústrias, oito importadoras e 16 centrais de distribuição. Os benefícios serão concedidos por meio do Programa de Desenvolvimento de Pernambuco (Prodepe) e do Programa de Estímulo à Indústria de Pernambuco (Proind).

“Esses investimentos representam mais um passo importante para o desenvolvimento econômico de Pernambuco”, afirmou o secretário de Desenvolvimento Econômico, Guilherme Cavalcanti. Segundo ele, o saldo de agosto do Caged, divulgado na véspera, confirma que o estado está no rumo correto.



**Adepe Condic Condepe incentivos fiscais Pernambuco - Foto: Antônio Holanda/Adepe**



### Quarta reunião do ano e expectativa para dezembro

Esta foi a quarta reunião do Condic em 2025. O total de empregos previstos no acumulado do ano soma 2.237 postos de trabalho.

Em 2024, o volume de investimentos aprovados foi de cerca de R\$ 1 bilhão com 3.517 empregos anunciados em cinco reuniões. Em 2023, a soma foi de R\$ 671 milhões com 3.183 empregos.

Uma quinta e última reunião de anúncio de investimentos será realizada em dezembro.

### Importadoras preveem R\$ 137,9 milhões em operações

As oito importadoras aprovadas preveem importações anuais de R\$ 137,9 milhões, que devem gerar recolhimento de R\$ 11,1 milhões em ICMS para o estado.

As 16 centrais de distribuição incentivadas estimam R\$ 206,3 milhões entre compras e transferências anuais previstas, com recolhimento anual de R\$ 42,6 milhões em ICMS.

### Indústrias concentram maior volume de investimentos

Dos 30 projetos industriais aprovados, cinco receberam benefícios do Prodepe, totalizando R\$ 9,7 milhões em investimentos e 95 empregos. Outros 25 projetos foram contemplados pelo Proind, com R\$ 45 milhões e 403 vagas previstas.

“Chegamos à quarta reunião do Condic neste ano reafirmando o compromisso do Governo de Pernambuco em criar um ambiente sólido e previsível para quem investe aqui”, afirmou a diretora-presidente da Adepe, Ana Luiza Ferreira. Segundo ela, a continuidade, o planejamento e a seriedade na condução da política de desenvolvimento econômico geram segurança e confiança para empresários ampliarem ou implantarem negócios no estado.

### Setores fortalecidos pelos incentivos fiscais

O secretário Guilherme Cavalcanti destacou que os investimentos fortalecem setores tradicionais como indústria e agropecuária, ao mesmo tempo em que abrem espaço para a construção civil e os serviços. “Esses números refletem confiança, dinamismo e o trabalho conjunto entre governo, iniciativa privada e trabalhadores”, disse.

As aprovações foram realizadas em conjunto pelas secretarias estaduais de Desenvolvimento Econômico (SDEC), Fazenda (Sefaz) e Meio Ambiente, Sustentabilidade e Fernando de Noronha (Semas).

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 01/10/2025

## ESPECIALISTAS APONTAM POTENCIAL DA ZPE DE SUAPE PARA ENERGIAS LIMPAS E AÇO VERDE

Três empresas já manifestaram interesse em se instalar na ZPE, entre elas fábricas de e-metanol, reforçando a vocação de Pernambuco para indústrias limpas

Por **Ângela Fernanda Belfort** - De Recife [angela.belfort@movimentoeconomico.com.br](mailto:angela.belfort@movimentoeconomico.com.br)

Pernambuco entra no jogo para atrair grandes empreendimentos voltados à exportação que ficam mais competitivos, caso se instalem dentro de uma Zona de Processamento de Exportação (ZPE), segundo três especialistas consultados pelo Movimento Econômico. O governo do Estado anunciou o pedido para a implantação de uma ZPE pública no Complexo Industrial Portuário de Suape na segunda-feira (29).

Os empreendimentos instalados numa ZPE têm vários benefícios como isenção de tributos, como o Imposto de Importação, IPI, Cofins e ICMS, vantagens cambiais e menos burocracia para exportar, entre outros benefícios. “Setores como energias renováveis, indústrias metalúrgica e

automotiva podem ser atraídos para uma ZPE, porque estes incentivos fazem a diferença nestes grandes empreendimentos”, explica o gerente de Política Industrial da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (Fiepe), Maurício Laranjeiras.



***A ZPE pública de Pernambuco vai se instalar no Complexo Industrial Portuário de Suape. Foto: Divulgação/Suape Foto: Divulgação/Suape***

Ele acredita que uma empresa que produza aço verde também pode ser atraída para uma ZPE. O aço verde é aquele que é fabricado utilizando processos limpos sem combustíveis fósseis. “O impacto será muito positivo”, diz Maurício, acrescentando que pode ser replicado na ZPE pernambucana as mesmas medidas adotadas pela ZPE cearense, porque a lei das ZPES permite as mesmas atribuições a todas.

O presidente do Porto de Suape, Armando Monteiro Bisneto, informou que existem três empresas interessadas em se instalar na ZPE pública de Pernambuco: as fábricas de e-metanol da European Energy, a da Go Verde e uma terceira que aguarda a aprovação da ZPE para divulgar a sua implantação no local.

“Suape pode se transformar numa grande ZPE. Por exemplo, uma fábrica de e-metanol vai importar ativos imobilizados, como equipamentos. Essa isenção tributária vai deixar esta indústria mais competitiva”, comenta Maurício.



***O economista Paulo Guimarães defende que a ZPE pernambucana deve ter um diferencial porque a reforma tributária também vai desonerar os investimentos e as exportações. Foto: Divulgação Ceplan***

**A lógica da ZPE é ser competitiva no mercado externo**

Para o CEO da Ceplan Consultoria, o economista Paulo Guimarães, a lógica da ZPE é melhorar a competitividade no mercado externo com isenção de impostos, redução de custos e menos burocracia para exportar. “Ter uma ZPE é um benefício e uma oportunidade. O Estado de Pernambuco deve

ter uma estratégia clara e atrair investimentos de maior densidade tecnológica, ampliando a conexão com o exterior, oferecendo produtos e serviços de maior valor agregado”, resume o executivo.

Ele também lembra que ter essa estratégia definida é interessante, porque, no médio e longo prazo, as ZPES devem ter um diferencial, já que a reforma tributária, – que entra em vigor em 2032 –, também vai desonerar os investimentos e as exportações. Atualmente, esta desoneração é concedida aos empreendimentos que se instalam nas ZPES. A reforma tributária não alterou os incentivos das ZPES.

Paulo Guimarães defende que a futura ZPE deve ter benefícios e políticas estaduais. E acrescenta: “Dá tempo de se planejar agregando o diferencial de Pernambuco à futura ZPE”.

### **A ZPE pública pernambucana**

A futura ZPE de Pernambuco será pública e administrada pelo Porto de Suape. O pedido de uma nova ZPE está sendo analisada pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. As ZPES podem ser administradas por um ente público ou serem geridas por uma empresa privada.

Em Pernambuco, foi realizada uma concessão, em 2010, para a implantação de uma ZPE privada que seria instalada pela empresa Cone. “Tivemos a mesma dificuldade que outras 22 ZPES. Prospectamos determinados segmentos que conseguiram se enquadrar melhor dentro de uma nova

política fiscal e aí não vieram para as ZPEs”, explica o diretor de negócios da Cone S.A., Fernando Perez. Ele diz que a empresa preparou uma área em Jaboatão para instalar a ZPE, onde foram investidos R\$ 40 milhões.

Segundo Fernando, a estrutura está pronta aguardando projetos em Jaboatão dos Guararapes. Ele também afirma que a burocracia atrapalhou o processo de instalação de empreendimentos na ZPE da Cone. “A burocracia é menor nos marcos regulatórios de alguns setores e também em demais instrumentos de regime fiscal incentivado”, diz o diretor, argumentando que estes instrumentos fazem concorrência com os incentivos da ZPE.

### **Ceará e Piauí têm ZPEs em funcionamento**

Uma das ZPEs mais bem sucedidas é a do Ceará que funciona desde 2013 no Complexo Portuário de Pecém. Lá, a ZPE responde, em média, por cerca de 50% das exportações cearenses, sendo produzidas chapas de aço no local vendidas ao exterior. Recentemente, foi divulgado que a ZPE cearense vai receber plantas de hidrogênio verde e o enorme data center que vai ser construído pela Casa dos Ventos em Pecém.

A outra ZPE que funciona no Nordeste é a Parnaíba, no Piauí, em operação desde 2022. O local se planeja para receber a usina de hidrogênio verde da empresa croata Green Energy Park.

*Fonte: ME – Movimento Econômico*

*Data: 01/10/2025*

## **RECIFE É A CAPITAL NORDESTINA MAIS TRANSPARENTE E A 2ª NO BRASIL**

Recife ocupa a 2ª posição nacional e lidera entre as capitais nordestinas no índice de transparência da Transparência Internacional

*Por Márcio Didier - De Recife [marcio.didier@movimentoeconomico.com.br](mailto:marcio.didier@movimentoeconomico.com.br)*



***Recife é a capital nordestina mais transparente, segundo o estudo Índice de Transparência e Governança Pública 2025. Foto: Arquivo***

O Índice de Transparência e Governança Pública (ITGP) 2025, elaborado pela Transparência Internacional, revelou diferenças significativas no nível de transparência entre as capitais nordestinas, sendo que três delas aparecem com destaque. Capital pernambucana, Recife aparece como a cidade mais transparente da região e ocupa a segunda posição nacional, atrás apenas de Vitória (ES), consolidando-se

como referência em boas práticas de governança e acesso à informação.

O ITGP avalia os municípios segundo critérios como transparência ativa, que corresponde à divulgação espontânea de informações ao público; mecanismos de controle interno e auditoria; participação social, por meio de conselhos e consultas públicas; e governança de contratações, que avalia como os processos de compras e contratos são gerenciados. Esses indicadores fornecem uma visão clara do grau de accountability das administrações municipais e da efetividade do controle social.

Com 75,6 pontos, Recife lidera o ranking regional, seguida de Fortaleza (CE), com 74,9 pontos; e Maceió (AL), com 71,5 pontos, todas com avaliação “Ótimo”. Em seguida aparecem Natal (RN), com 66,9 pontos; e João Pessoa (PB), com 64 pontos, classificadas como “Bom”. As capitais com desempenho mais baixo incluem Salvador (BA), com 53,1 pontos; Aracaju (SE), com 51,5; e Teresina (PI) com 50,7 pontos, todas na faixa “Regular”.

### **Avaliações distintas**



O levantamento evidencia que, enquanto Recife, Fortaleza e Maceió já consolidam boas práticas, muitas capitais da região ainda enfrentam desafios estruturais para garantir transparência efetiva. Salvador, Aracaju e Teresina permanecem em nível “Regular”, indicando lacunas em auditoria, participação cidadã e disponibilização de dados. A distância de até 25 pontos entre a capital mais bem avaliada e as mais baixas aponta a necessidade de políticas públicas consistentes e investimentos em tecnologia e gestão para reduzir disparidades.

No contexto nacional, Recife se destaca não apenas regionalmente, mas também pelo desempenho próximo ao topo do ranking geral, sendo a segunda capital mais transparente do país. Esse resultado evidencia a capacidade da gestão municipal em implementar processos de controle e divulgação de informações que podem servir de modelo para outras cidades nordestinas e brasileiras.

O desempenho das capitais nordestinas no ITGP 2025 indica tendências importantes. Cidades com nota elevada tendem a investir continuamente em transparência ativa, disponibilização de dados em tempo real, integração de sistemas e mecanismos de fiscalização mais eficazes. Já as capitais com desempenho menor enfrentam desafios relacionados à gestão da informação, treinamento de servidores e fortalecimento dos conselhos de participação social. A adoção de boas práticas por Recife, Fortaleza e Maceió, incluindo tecnologias de governo aberto, pode ser replicada para elevar o nível de governança das demais capitais.

### Recife entre os líderes regionais

O panorama do ITGP 2025 para as capitais nordestinas revela um Nordeste com lideranças regionais consolidadas, representadas principalmente por Recife, Fortaleza e Maceió, mas ainda com desafios significativos a superar em outras capitais. O índice reforça a importância de investimentos em transparência, auditoria e participação social, elementos essenciais para uma gestão pública mais eficiente e próxima da população.

*Fonte: ME – Movimento Econômico*

*Data: 01/10/2025*



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

## ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

### ANTAQ REALIZA WEBINÁRIO SOBRE O AFRETAMENTO POR TEMPO NA NAVEGAÇÃO DE CABOTAGEM

O relatório de AIR acerca do tema será apresentado no dia 6 de outubro e as contribuições podem ser enviadas até 23 deste mês



Brasília, 01/10/2025 - A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) promove, na próxima segunda-feira (6), às 14h30, Webinário Técnico para tratar do afretamento por tempo na navegação marítima, com ênfase sobre a cabotagem.

O encontro, que acontece no contexto da Tomada de Subsídios SRG Nº 2/2025-ANTAQ, será transmitido pelo Youtube. Dúvidas sobre o relatório podem ser enviadas ao vivo pelo aplicativo de mensagens WhatsApp pelo

número (61) 2029-6515.

O objetivo é obter contribuições, subsídios e sugestões referentes ao relatório de Análise de Impacto Regulatório (AIR) preliminar desse tema, que está incluído na Agenda Regulatória 2025/2028. As contribuições podem ser enviadas até o dia 23 de outubro de 2025.

Essa é a segunda vez que a Agência promove um webinar técnico. A iniciativa é uma inovação de boas práticas regulatórias previstas no Manual da Agenda Regulatória da ANTAQ.

### Sobre o relatório

O relatório apontou algumas soluções, com foco no segmento de transporte de graneis sólidos e neogranéis, como vincular o afretamento a uma carga específica, ampliar prescrições, regulamentar o bloqueio parcial, estabelecer período máximo para o afretamento por tempo, e ampliar a duração e a antecedência da circularização em relação ao embarque.

A participação social permitirá o aprimoramento dos fundamentos que subsidiarão o aperfeiçoamento dos instrumentos regulatórios relacionados ao afretamento por tempo na navegação de cabotagem. Além disso, a atualização é necessária para que os procedimentos de afretamento estejam alinhados aos aperfeiçoamentos trazidos pela Lei 14.301/2022, BR do Mar.

Também será realizado um webinar ao vivo para a apresentação técnica do relatório de AIR. A data será divulgada em breve. O encontro será transmitido pelo canal da ANTAQ no Youtube.

A Tomada de Subsídios SRG nº 2/2025-ANTAQ é voltada exclusivamente para a navegação de cabotagem. Ela integra a abordagem do tema 2.1 da Agenda Regulatória da Antaq 2025/2028 — Afretamento por tempo na navegação marítima, que também contempla a navegação de apoio marítimo. Entretanto, para esse último segmento, está sendo elaborado um relatório de AIR específico, que em breve, será submetido à participação social.

### Contribuições

Mais informações sobre a tomada de subsídios estão disponíveis neste link.

As contribuições poderão ser dirigidas à ANTAQ até as 23h59 do dia 23 de outubro de 2025. Os envios devem ser realizados exclusivamente pelo formulário eletrônico disponível no site da autarquia. Para o envio de imagens digitais, tais como mapas, plantas e fotos devem ser encaminhados para o e-mail: [srg@antaq.gov.br](mailto:srg@antaq.gov.br).

Caso o interessado não disponha dos recursos necessários para o envio da contribuição por meio do questionário eletrônico, poderá fazê-la utilizando o computador da Secretaria-Geral - SGE, desta Agência, no caso de Brasília, ou nas suas Unidades Regionais, cujos endereços se encontram disponíveis no sítio da ANTAQ.

**Fonte:** ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

**Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ**

**Fone:** (61) 2029-6520 - **FAX:** (61) 2029-6517 - **E-mail:** [asc@antaq.gov.br](mailto:asc@antaq.gov.br)

**Data:** 01/10/2025

## ANTAQ APRESENTA RESULTADOS DOS GRUPOS DE TRABALHOS DO PROGRAMA NAVEGUE SIMPLES

Iniciativa busca estimular a competitividade e ampliar a eficiência da gestão no setor portuário



Brasília, 30/09/2025 - A Agência Nacional de Transportes Aquaviário (ANTAQ) participou, nesta terça-feira (30), da 1ª Jornada Navegue Simples, evento que reuniu autoridades e representantes do setor para apresentar os resultados do programa criado para simplificar e modernizar os processos de outorga portuária.

O programa foi estruturado em seis Grupos de Trabalho (GTs), com participação ativa do setor



privado, que atuam em áreas como simplificação de processos, licenciamento ambiental, uso de terrenos da União, arrendamento portuário, mitigação das mudanças climáticas e inovação no ambiente portuário.

O GT-01 trata da simplificação e desburocratização de processos críticos que envolvem análise conjunta do Ministério de Portos e Aeroportos e da ANTAQ. Quem apresentou os resultados desse grupo foi o Superintendente de Outorgas da Agência, Renildo Barros.

Durante o evento, o grupo apresentou a solução de tecnologia da informação por meio da qual o Navegue Simples será implementado. Trata-se da nova Plataforma de Regulação Aquaviária - PROA, desenvolvida pela ANTAQ, que funcionará como canal único para os processos de outorga portuária. O novo sistema se destaca em relação às soluções de TI do Governo Federal por possuir integrações automatizadas com bases de dados como Gov.br, Receita Federal, OAB, SEI, Imprensa Nacional, Marinha do Brasil, dentre outras, e por priorizar o uso intensivo de serviços cognitivos e inteligência artificial, o que deve reduzir sobremaneira o tempo de análise das outorgas requeridas. Atualmente em fase pré-operacional, o PROA tem previsão de início de funcionamento ainda em 2026.

O GT-02 e o GT-03 debatem o licenciamento ambiental de portos públicos e instalações portuárias; e a destinação de terrenos e espaços físicos em águas públicas da União para portos e instalações portuárias, respectivamente.

O GT-04 dispõe da simplificação e da desburocratização dos processos de arrendamento de áreas em portos públicos. A diretora Flávia Takafashi apoiou na elaboração do relatório desse grupo.

Por sua vez, o GT-05 e o GT-06, que também contam com representações da ANTAQ, discutem a mitigação e a adaptação à mudança do clima, e a inovação no ambiente portuário

No final do evento, também foi anunciada a chamada “segunda onda” do Navegue Simples com a implementação e a continuidade do programa. Esse ciclo foi iniciado neste mês e se estende até agosto de 2026.

### **Navegue Simples**

Criado em 2024, pelo Decreto nº 12.078, o programa é fruto da parceria entre a Agência e o Ministério de Portos e Aeroportos. O objetivo é reduzir pela metade o tempo e os custos administrativos para a celebração ou alteração de contratos de outorga.

No curto prazo, o Navegue Simples proporciona uma tramitação mais eficiente e transparente dos processos de autorização, com a redução dos prazos atualmente observados.

O médio e longo prazo, as mudanças sugeridas vão promover uma reestruturação significativa no ambiente regulatório do setor, resultando em um sistema mais integrado e moderno. A centralização e padronização dos processos, bem como a utilização de sistemas eletrônicos de gestão, vão permitir uma comunicação mais eficiente entre os órgãos envolvidos.

**Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários**

**Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ**

**Fone: (61) 2029-6520 - FAX: (61) 2029-6517 - E-mail: [asc@antaq.gov.br](mailto:asc@antaq.gov.br)**

**Data: 01/10/2025**

Relatório da consultoria Cirium destaca terminais brasileiros em todas as categorias analisadas



### **Aeroportos brasileiros ranqueados superaram as médias mundiais em diferentes portes - Imagem: Fábio Campos/MPor**

O Brasil ganhou destaque no cenário mundial da aviação civil com 11 aeroportos figurando entre os mais pontuais do mundo, de acordo com o relatório On-Time Performance Monthly Report, divulgado pela consultoria internacional Cirium em agosto. A publicação dividiu os aeroportos nas categorias de

grande, médio e pequeno portes.

Segundo a metodologia adotada no relatório, os aeroportos são classificados conforme a capacidade anual de assentos ofertados: grande porte (25 a 40 milhões de assentos/ano), médio porte (15 a 25 milhões) e pequeno porte (5 a 15 milhões). Para entrar no ranking, os terminais também precisam ter pelo menos 90% de seus voos rastreados com informações reais de partida e chegada, o que assegura a comparabilidade internacional.

Na categoria de grandes aeroportos, Congonhas (SP) conquistou o 3º lugar mundial, com índice de 88,62% de pontualidade. Já na categoria dos aeroportos de médio porte:

- Viracopos-Campinas (SP) ficou em 2º lugar, com 93,22% de pontualidade;
- Brasília (DF) logo em seguida, em 3º lugar, com 90,97%;
- Confins-Belo Horizonte (MG) em 4º lugar, com 88,70%;
- Galeão (RJ) ficou na 6ª posição, com 86,50%.

No ranking mundial dos terminais de pequeno porte, o Aeroporto Santos Dumont (RJ) liderou com índice de 95,02% de pontualidade, numa análise que considerou 4.930 voos. Nessa mesma categoria, o Aeroporto de Salvador (BA) ficou em 4º lugar, com 91,32%. Além deles, Belém (PA), Recife (PE), Florianópolis (SC), Curitiba (PR) e Porto Alegre (RS) figuraram no ranking dos 20 mais pontuais.

Segundo o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, o resultado reflete os avanços na gestão e nos investimentos que vêm sendo realizados em parceria com operadores e concessionárias. “A presença de 11 aeroportos brasileiros entre os mais pontuais do mundo mostra a força da nossa infraestrutura. É um reconhecimento da qualidade das operações e da eficiência que buscamos entregar à população todos os dias”, celebrou o ministro.

***“É um reconhecimento da qualidade das operações e da eficiência que buscamos entregar à população todos os dias” Silvio Costa Filho***

### **Acima da média mundial**

O relatório da Cirium traz ainda os chamados “Destques operacionais”, que apresentam as médias globais de pontualidade para cada categoria de aeroporto. Esses indicadores permitem comparar o desempenho individual dos terminais com o padrão internacional.

Nesse recorte, os aeroportos brasileiros ranqueados superaram as médias mundiais em diferentes portes. Nos terminais de pequeno porte, o Santos Dumont registrou 95% de voos pontuais, bem acima da média global da categoria, de 85%. O Aeroporto de Salvador também se destacou, com 91,32%.

Na categoria de médio porte, aeroportos como Viracopos-Campinas e Brasília apresentaram índices superiores a 90%, frente à média mundial de 81,4%. Outros terminais brasileiros listados – como Confins, Galeão, Belém, Recife, Florianópolis, Curitiba e Porto Alegre – também ficaram próximos ou acima desse patamar. Entre os grandes aeroportos, Congonhas (SP) obteve 88,62% de pontualidade, contra uma média global de 81,66%.

O estudo da Cirium leva em conta dados de mais de 2 mil fontes globais e avalia a pontualidade dos aeroportos pelas partidas realizadas dentro do tempo previsto. A metodologia garante comparabilidade internacional e coloca os resultados brasileiros em evidência no cenário mundial.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF  
Data: 01/10/2025

## CINCO AEROPORTOS DA REGIÃO NORDESTE BATEM RECORDE DE MOVIMENTAÇÃO EM 2025



Entre janeiro e agosto, Recife, Maceió, Porto Seguro, São Luís e João Pessoa registraram a maior movimentação de passageiros da história

**Cinco aeroportos da região atingiram recordes de movimentação de passageiros. - Foto: Vosmar Rosa/MPor**

A aviação civil do Nordeste vive um momento histórico em 2025. Pela primeira vez, entre os meses de janeiro e agosto, cinco aeroportos da região atingiram, simultaneamente, recordes de movimentação de passageiros: Recife (6,3 milhões), Maceió (1,8 milhão),

Porto Seguro (1,6 milhão), São Luís (1,1 milhão) e João Pessoa (1,1 milhão).



O feito marca um salto inédito na aviação brasileira e mostra que o crescimento da região vai além dos tradicionais hubs de Salvador, Fortaleza e Recife. Destaques como João Pessoa, com alta acumulada de 20% no ano e 22% apenas em agosto, e São Luís, com expansão de 18% no mês, consolidam a descentralização da malha aérea.

Em todo Nordeste, foram 3,46 milhões de passageiros em agosto, contra 3,24 milhões no mesmo período de 2024, crescimento de 6,9%. No acumulado de janeiro a agosto, a alta é de 4,93%, reforçando o papel estratégico da região na economia e no turismo brasileiros. Os dados foram retirados do Relatório de Demanda e Oferta da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

### Impacto e investimentos

Segundo o secretário Nacional de Aviação Civil, Daniel Longo, a expansão resulta de uma estratégia integrada entre governos e setor privado, com investimentos em infraestrutura, modernização de

terminais e ampliação da malha aérea. “Esse movimento reflete tanto o bom momento econômico vivido pelo Brasil quanto a efetividade das políticas públicas implementadas pelo Ministério de Portos e Aeroportos e pelo Governo Federal”, ressaltou.

### Movimentação no Nordeste em 2025

Longo destacou ainda que a região Nordeste tem uma vocação turística natural, fortalecida pela pujança do turismo nacional nos últimos anos. “Nosso foco tem sido reforçar essa vocação, ampliando a conectividade, pulverizando a malha operada pelas companhias aéreas e viabilizando o atendimento de novas localidades. Ao mesmo tempo, trabalhamos para a internacionalização dos aeroportos e a abertura de novas rotas internacionais, consolidando o papel do Nordeste como porta de entrada e saída do Brasil”, afirmou.

### Turismo e negócios em alta

O avanço é puxado por duas frentes complementares: de um lado, o turismo segue impulsionando destinos litorâneos como Maceió e Porto Seguro; de outro, cidades como Fortaleza, Salvador e Recife se consolidam como polos de negócios e hubs de voos internacionais.

A combinação coloca a região como motor duplo da aviação nacional, capaz de atrair turistas, diversificar conexões e movimentar setores como hotelaria, comércio e serviços. Apenas os cinco aeroportos recordistas já somaram mais de 11 milhões de passageiros em oito meses.

A expectativa é que o último quadrimestre de 2025 mantenha o ritmo de alta, impulsionado pelo turismo de fim de ano e pela diversificação da oferta de voos.

**Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF**

**Data: 01/10/2025**

### MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS REALIZA 1ª JORNADA NAVEGUE SIMPLES



Criado em 2024, o Navegue Simples busca estimular a competitividade e ampliar a eficiência da gestão no setor portuário

**Secretário Tomé Franca participa da abertura da Primeira Jornada Navegue Simples - Foto: Vosmar Rosa/MPor**

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) realizou nesta terça-feira (30), em Brasília, a 1ª Jornada Navegue Simples, evento que reuniu autoridades e representantes do setor para apresentar os resultados do programa criado

para simplificar e modernizar os processos de outorga portuária.

O secretário-executivo, Tomé Franca, destacou o papel da iniciativa na atração de investimentos e no fortalecimento da economia. “Este programa tem como objetivo oferecer um ambiente de negócios melhor para o nosso país. Queremos criar condições cada vez mais propícias para que novos investimentos aconteçam, gerando oportunidades e crescimento para o povo brasileiro”, afirmou.

O secretário Nacional de Portos, Alex Ávila, ressaltou os avanços obtidos e reforçou o caráter contínuo do projeto. “O Navegue Simples tem ciclos que permitem apresentar avanços em cada etapa, mas a ideia é que se torne algo permanente, garantindo evolução constante no setor portuário”, disse.

O programa é estruturado em seis Grupos de Trabalho (GTs), com participação ativa do setor privado, que atuam em áreas como simplificação de processos, licenciamento ambiental, uso de terrenos da União, arrendamento portuário, mitigação das mudanças climáticas e inovação no ambiente portuário.



“Os GTs estão organizados de forma equilibrada para contemplar as diferentes demandas do setor. Teremos discussões e apresentações importantes para avaliar o que avançamos até aqui”, acrescentou Ávila, na abertura do evento.

Ao longo do dia, a Jornada vai apresentar painéis temáticos com os resultados da chamada “primeira onda” (ciclo 2024-2025) do programa. E também será realizado o lançamento da “segunda onda” para o ciclo que vai de setembro/2025 a agosto/2026.

### **Navegue Simples**

Criado em 2024, pelo Decreto nº 12.078, o programa é fruto da parceria entre o MPor e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). O objetivo é reduzir pela metade o tempo e os custos administrativos para a celebração ou alteração de contratos de outorga, que hoje podem levar de três a cinco anos.

Segundo o secretário-executivo, Tomé Franca, a demora afeta diretamente novos investimentos. “Esse setor será beneficiado por uma gestão mais moderna, desburocratizada e inovadora, que vai reduzir prazos e entraves dos processos de outorga”, destacou.

Além de simplificar processos, o programa também busca aumentar a eficiência da gestão contratual, reduzir a carga regulatória, dar mais previsibilidade jurídica e estimular a competitividade. A iniciativa ainda contempla medidas voltadas para sustentabilidade socioambiental, inovação tecnológica e pesquisa aplicada ao setor portuário.

*Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF*

*Data: 01/10/2025*



## **GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF**

### **RENAN FILHO ASSINA CONTRATO DE CONCESSÃO DA BR-040/495/MG/RJ NESTA QUINTA (2)**

Nova subida da Serra de Petrópolis está entre as melhorias previstas para a rodovia

O ministro dos Transportes, Renan Filho, assina, nesta quinta-feira (2), o contrato de concessão da BR-040/495/MG/RJ. Leiloadada em abril deste ano, a rodovia irá receber R\$8,8 bilhões em investimentos, no trecho entre o Rio de Janeiro e Juiz de Fora (MG).

A Elovias, concessionária que venceu o certame, ofereceu desconto de 14% sobre a Tarifa Básica de Pedágio e irá administrar uma extensão de 218,9 quilômetros da estrada.

Entre as melhorias que serão executadas nos próximos 30 anos de contrato, destacam-se as obras da nova subida da Serra de Petrópolis, que irão ampliar consideravelmente a capacidade de tráfego na região.

Outras intervenções importantes estão previstas, como duplicações, faixas adicionais, vias marginais, túneis, passarelas, ciclovias, pontos de ônibus e um Ponto de Parada e Descanso (PPD) para motoristas profissionais.

Além do ministro dos Transportes, participam ainda do evento o diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Guilherme Theo Sampaio, representantes da Elovias e autoridades locais.

### **Cobertura de imprensa**



Os jornalistas interessados em cobrir o evento presencialmente devem se credenciar até às 17h desta quarta-feira (1º), pelo [aescom@transportes.gov.br](mailto:aescom@transportes.gov.br).

É preciso enviar nome completo e CPF de toda a equipe, além de dados do veículo (placa e modelo).

### Serviço

Assinatura do contrato de concessão da BR-040/495/MG/RJ

Data: Quinta-feira, 2 de outubro

Horário: 10h

Local: Belvedere do Grinco - BR-040, km 89 (sentido descida da serra) - Petrópolis (RJ)

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 01/10/2025



### BE NEWS – BRASIL EXPORT

#### EDITORIAL – DIA DE CAOS NO SANTOS DUMONT

DA REDAÇÃO [redacao@portalbenews.com.br](mailto:redacao@portalbenews.com.br)

O episódio vivido nessa terça-feira, 30 de setembro, no Aeroporto Santos Dumont expôs, mais uma vez, a vulnerabilidade da infraestrutura nacional diante de incidentes que, embora possam ser considerados pontuais, revelam falhas de prevenção e de resposta. Foram quase 12 horas de interdição da principal pista, com 161 voos cancelados e 16 mil passageiros prejudicados, segundo balanço da Associação Brasileira de Empresas Aéreas (Abear). Um vazamento de óleo no motor de um caminhão de manutenção bastou para paralisar um dos terminais mais movimentados do país e espalhar transtornos por toda a malha aérea.

É inadmissível que uma ocorrência ligada a um equipamento de rotina, em plena madrugada, resulte em tamanho colapso. A demora para liberar a pista, o que ocorreu apenas no final da tarde, deixou milhares de pessoas à própria sorte, enfrentando longas filas, perdendo compromissos profissionais, remarcando viagens de lazer e até tratamentos de saúde. Enquanto companhias aéreas buscavam minimizar os danos, passageiros dormiam em bancos ou improvisavam locais de descanso nos corredores, cenário que não deveria se repetir em um país que se pretende competitivo e moderno.

O problema não se restringiu ao Rio de Janeiro. A ponte aérea Congonhas-Santos Dumont, eixo vital do transporte aéreo nacional, ficou praticamente suspensa, com reflexos em São Paulo, Belo Horizonte, Brasília e em outros terminais. O Galeão precisou receber aeronaves em caráter emergencial, numa reedição de improvisos que revelam como a rede de aviação ainda carece de resiliência para lidar com imprevistos.

É justo reconhecer o esforço das equipes técnicas que atuaram na limpeza e inspeção da pista, assim como a decisão de ampliar o horário de operação do Santos Dumont para mitigar os efeitos da paralisação. Mas isso não exime a necessidade de respostas mais amplas. O país precisa encarar a questão da infraestrutura aeroportuária com seriedade. Rotinas de manutenção e protocolos de contingência não podem ser frágeis a ponto de transformar uma falha mecânica em tragédia logística.

O que se espera, após o caos do dia 30, é que as autoridades responsáveis — Infraero, Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e Ministério de Portos e Aeroportos — apresentem explicações claras e medidas concretas para evitar que cenas como as registradas no Rio se repitam. O passageiro brasileiro já convive com tarifas altas, terminais lotados e serviços frequentemente aquém do esperado. Não pode, ainda, ser condenado a enfrentar o desamparo diante de falhas que poderiam e deveriam ser contornadas com maior eficiência.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 01/10/2025



## **NACIONAL - HUB – CURTAS - PROGRAMA NAVEGUE SIMPLES AVANÇA E LANÇA SEGUNDA ETAPA EM BRASÍLIA**

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES** [leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br](mailto:leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br)

### **NAVEGUE SIMPLES**

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) promoveu na terça-feira (30), em Brasília (DF), a 1ª Jornada Navegue Simples, reunindo autoridades e representantes do setor. O secretário-executivo, Tomé Franca, afirmou que a iniciativa tem ampliado a atratividade de investimentos. “Queremos criar condições cada vez mais propícias para que novos investimentos aconteçam, gerando oportunidades e crescimento para o povo brasileiro”, disse.

### **SEGUNDA ETAPA**

Já o secretário nacional de Portos, Alex Ávila, destacou que o programa tem ciclos contínuos de avanços e que a chamada “segunda onda” foi lançada no evento, com duração entre setembro de 2025 e agosto de 2026. Ele explicou que os seis Grupos de Trabalho seguem atuando em áreas como licenciamento ambiental, arrendamento portuário, inovação e mitigação das mudanças climáticas.

### **O PROGRAMA**

Criado em 2024 por decreto, o programa é uma parceria do MPor com a Agência Nacional de Transportes Aquaviário (Antaq) para reduzir pela metade o tempo e os custos administrativos de contratos de outorga, que hoje podem levar de três a cinco anos. A iniciativa busca desburocratizar processos, dar mais previsibilidade jurídica, ampliar a eficiência da gestão contratual e estimular a competitividade, além de incluir medidas voltadas para sustentabilidade e inovação tecnológica.

### **DEFESA CONTRA CIBERATAQUES**

A Autoridade Portuária de Santos (APS) informa que ampliou sua capacidade de defesa do Porto de Santos contra ataques cibernéticos. A medida é considerada essencial para resguardar as operações e a segurança física do maior complexo portuário do país, diante de tentativas de invasão à sua rede de dados. Segundo a estatal, só neste ano já foram destinados R\$ 33 milhões a investimentos em tecnologia da informação, com foco na proteção de ativos digitais e na continuidade das atividades.

### **MEDIDAS**

Entre as entregas recentes, a APS destaca a renovação completa do licenciamento de equipamentos de defesa digital e a ampliação da capacidade de registro e análise de eventos, o que garante maior rastreabilidade e agilidade na resposta a incidentes. Também foram habilitados serviços de inteligência contra ameaças em tempo real e mecanismos de detecção proativa de ataques, com apoio de inteligência artificial e análise comportamental para prevenir vulnerabilidades e neutralizar malwares.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 01/10/2025

## **NACIONAL - ALCKMIN AFIRMA QUE GOVERNO ESTÁ MOBILIZADO CONTRA TARIFAS DOS EUA**

Vice-presidente apresenta no Senado o Plano Brasil Soberano, que reúne R\$ 30 bilhões em crédito e R\$ 10 bilhões do BNDES para dar fôlego ao setor produtivo

Da Redação [redacao.jornal@redebnews.com.br](mailto:redacao.jornal@redebnews.com.br)

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, afirmou que o governo está mobilizado para reduzir os impactos do tarifaço imposto pelos Estados Unidos sobre produtos brasileiros. Ele participou, na terça-feira (30), da primeira audiência da Comissão Mista da Medida Provisória nº 1309/2025, no Senado Federal, que institui o Plano Brasil Soberano, voltado a empresas afetadas pelas medidas norte-americanas.

Segundo Alckmin, a Medida Provisória reúne instrumentos emergenciais para dar fôlego ao setor produtivo. “A MP 1309 é uma medida focada, transparente e precisa, com R\$ 30 bilhões destinados ao crédito do setor produtivo para girar investimentos e diversificar mercados. Estamos expandindo a política de compras governamentais e mantendo diálogo aberto com os Estados Unidos para mitigar os efeitos do tarifaço”, declarou.



***O vice-presidente e ministro Geraldo Alckmin destacou que o BNDES também participa do esforço, com mais R\$ 10 bilhões em linhas de crédito para apoiar empresas impactadas***

O ministro destacou que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) também participa do esforço, com mais R\$ 10 bilhões em linhas de crédito para apoiar empresas impactadas. Além do

acesso ao financiamento, a Medida Provisória prevê prorrogação de prazos tributários e medidas de estímulo à aquisição governamental de produtos que perderam competitividade externa em razão das novas tarifas.

As ações contemplam ainda proteção aos exportadores brasileiros, preservação de empregos, estímulo a investimentos em setores considerados prioritários e apoio específico a produtores rurais. Nesse caso, está prevista a possibilidade de compra pública de gêneros alimentícios para reduzir os efeitos das barreiras comerciais.

Alckmin enfatizou que o governo mantém diálogo constante com o setor privado desde o anúncio do aumento tarifário. Mais de 300 encontros já foram realizados com empresários de diferentes segmentos e regiões do país, com o objetivo de identificar gargalos, mapear dificuldades e avaliar soluções de curto e médio prazo. “Nosso esforço é transformar desafios em oportunidades, diversificar mercados e ampliar o Reintegra para garantir competitividade no mercado internacional”, acrescentou o ministro.

O Plano Brasil Soberano também conta com a participação de técnicos dos ministérios da Fazenda, da Agricultura e Pecuária e da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, além do BNDES. Na audiência no Senado, representantes dessas pastas apresentaram as medidas em tramitação e responderam a questionamentos de parlamentares.

A MP nº 1309/2025 seguirá agora para análise da comissão mista, composta por deputados e senadores, antes de ser votada nos plenários da Câmara e do Senado. O objetivo é assegurar a vigência das medidas ainda em 2025, de forma a garantir apoio imediato às empresas afetadas.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 01/10/2025**

## **NACIONAL - CHEFE DE GABINETE DE ALCKMIN DIZ QUE TARIFAÇO PODE VIRAR OPORTUNIDADE PARA BRASIL**

Da Redação [redacao.jornal@redabenews.com.br](mailto:redacao.jornal@redabenews.com.br)

O chefe de gabinete do vice-presidente e ministro Geraldo Alckmin, Pedro Guerra, afirmou que o governo pretende transformar a crise gerada pelo tarifaço dos Estados Unidos em oportunidade para ampliar a competitividade das empresas brasileiras. Ele participou na terça-feira (30) da primeira audiência da Comissão Mista da Medida Provisória nº 1309/2025, no Senado Federal, que instituiu o Plano Brasil Soberano.

Segundo Guerra, a Medida Provisória busca oferecer crédito, adiar prazos tributários e abrir espaço para a compra governamental de produtos que perderam mercado externo, em razão das novas

tarifas. “A MP1309 é uma medida focada, transparente e precisa, com R\$30 bilhões destinados ao crédito do setor produtivo para girar investimentos e diversificar mercados. Estamos expandindo a política de compras governamentais e mantendo diálogo aberto com os Estados Unidos para mitigar os efeitos do tarifaço”, destacou.

Ele acrescentou que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) reservou mais R\$ 10 bilhões em linhas de crédito para reforçar o apoio às empresas impactadas. Entre as ações previstas, estão medidas para proteger exportadores e empregos, estimular investimentos em setores prioritários, fortalecer a economia nacional e auxiliar produtores rurais por meio da compra pública de alimentos.

Guerra relatou que, desde o anúncio das elevações tarifárias, o governo já promoveu mais de 300 encontros com empresários de diferentes setores e regiões do país. O objetivo, segundo ele, foi identificar gargalos e alternativas para reduzir os prejuízos. “Nosso esforço é transformar desafios em oportunidades, diversificar mercados e ampliar o Reintegra para garantir competitividade no mercado internacional”, disse.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 01/10/2025**

### **NACIONAL - QUASE 12 HORAS DE INTERDIÇÃO NO SANTOS DUMONT AFETAM 161 VOOS E 16 MIL PASSAGEIROS**

Vazamento de óleo na pista principal obrigou a paralisação de operações, com desvios e atendimento intenso nos balcões das companhias aéreas

**Da Redação [redacao.jornal@redebeneews.com.br](mailto:redacao.jornal@redebeneews.com.br)**



**De acordo com a Abear, “cerca de 16 mil passageiros tiveram o voo alternado ou cancelado e receberam assistência das empresas nos esforços de mitigação dos impactos causados”**

O Aeroporto Santos Dumont, no Centro do Rio de Janeiro, viveu um dia de caos na terça-feira (30) após a interdição de sua pista principal por quase 12 horas. A suspensão das operações afetou 161 voos e aproximadamente 16 mil passageiros, segundo balanço

divulgado pela Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear).

**O PROBLEMA FOI DETECTADO AINDA NA MADRUGADA, POR VOLTA DAS 3H, QUANDO TÉCNICOS DA EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA (INFRAERO) IDENTIFICARAM ÓLEO ESPALHADO PRÓXIMO À CABECEIRA DA PISTA**

O problema foi detectado ainda na madrugada, por volta das 3h, quando técnicos da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) identificaram óleo espalhado próximo à cabeceira da pista. De acordo com a estatal que administra o aeroporto, o vazamento teve origem no motor do caminhão “desemborrachador”, usado em manutenção preventiva de rotina. “O caminhão não fazia transporte de combustível e o óleo derramado é do motor do próprio equipamento”, esclareceu a empresa.

A parr do início da manhã, quando normalmente os primeiros aviões decolam em direção a São Paulo, Brasília (SP) e Belo Horizonte (MG), nenhum voo pôde ser realizado. Passageiros que chegaram cedo ao terminal encontraram painéis de informações repletos de cancelamentos e longas filas nos balcões de atendimento das companhias aéreas. Muitos perderam conexões em outras cidades e compromissos de trabalho, enquanto outros precisam tirar remarcar viagens de férias ou tratamentos médicos.



A interrupção também teve repercussões em outros aeroportos do país. Em São Paulo, a ponte aérea Congonhas-Santos Dumont foi a mais atingida, com dezenas de voos cancelados. Terminais como Viracopos (SP), Confins (MG) e Brasília (DF) também registraram atrasos em cadeia ao longo do dia. Parte dos voos que decolariam para o Santos Dumont precisou ser redirecionada ao Aeroporto Internacional do Galeão, que recebeu 14 aeronaves em caráter emergencial.

De acordo com a Abear, “cerca de 16 mil passageiros tiveram o voo alternado ou cancelado e receberam assistência das empresas nos esforços de mitigação dos impactos causados pela inviabilidade de infraestrutura da pista principal do aeroporto”. A entidade destacou ainda que os cancelamentos ocorreram por “motivos alheios à decisão das companhias aéreas”.

Enquanto isso, as equipes da Infraero atuavam para restabelecer as condições de segurança do pavimento. Logo após a ocorrência, o caminhão foi retirado e a pista passou por limpeza com desengraxante biodegradável, combinada ao uso de jatos de alta pressão dos Carros Contra Incêndio. “Cabe ressaltar que a composição do pavimento das pistas de pouso e decolagem é específica, sendo a limpeza minuciosa necessária para garantir os níveis de atrito das aeronaves com o solo”, informou a empresa.

O trabalho, acompanhado por técnicos ao longo de toda a manhã e da tarde, incluiu inspeções contínuas para verificar se ainda havia resíduos de óleo no local. Apenas às 17h25 a pista foi liberada para pousos e decolagens, após a emissão de um novo Notam (aviso aos aeronavegantes). A reabertura foi recebida com alívio, mas a normalização da malha aérea não foi imediata.

Para tentar reduzir os efeitos da paralisação, a Infraero anunciou que o Santos Dumont funcionaria além do horário regular, que vai das 6h às 23h. A decisão visava permitir a realização de voos extras durante a noite, dando às companhias mais tempo para reorganizar sua programação.

No final da tarde, a movimentação seguia intensa no terminal, com passageiros em busca de informações sobre acomodação e voos que saíam lotados para São Paulo e Brasília. Nos corredores, era comum encontrar pessoas dormindo em bancos ou improvisando locais de descanso, à espera de uma definição para seguir viagem.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 01/10/2025**

## **NACIONAL - ANAC ORIENTA SOBRE ASSISTÊNCIA EM ATRASOS E CANCELAMENTOS**

Da Redação [redacao.jornal@redebenews.com.br](mailto:redacao.jornal@redebenews.com.br)

A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) orienta os passageiros que tiveram seus voos afetados no Aeroporto Santos Dumont na terça-feira (30) que verifiquem a situação com a companhia aérea responsável. Os casos de atrasos, cancelamentos e interrupção do serviço devem ser comunicados imediatamente pelas empresas, que devem manter o passageiro informado a cada 30 minutos quanto à previsão de partida dos voos atrasados. A empresa aérea deve oferecer assistência material gratuitamente, de acordo com o tempo de espera no aeroporto, contado a partir do momento em que houve o atraso, cancelamento ou interrupção.

Para atrasos superiores a quatro horas, cancelamentos e interrupção do serviço, a empresa deve oferecer, para escolha do passageiro, as opções de acomodação em outro voo; reembolso integral; e execução do serviço por outra modalidade de transporte, como ônibus. A acomodação é gratuita e deve ocorrer em voo próprio ou de outra empresa aérea, na primeira oportunidade, ou em data e horário de conveniência do passageiro, dentro do prazo de validade da passagem.

A assistência material deve ser oferecida nos casos de atraso, cancelamento, interrupção de voo e negava de embarque, independentemente do motivo, tanto para passageiros no terminal quanto a

bordo da aeronave com portas abertas. Também se aplica quando o passageiro toma conhecimento de alteração de voo apenas no aeroporto.

O tempo de espera define os direitos: a partir de uma hora, comunicação; a partir de duas horas, alimentação; e a partir de quatro horas, hospedagem em caso de pernoite e transporte de ida e volta. Se o passageiro estiver em casa, a empresa pode oferecer apenas transporte até o aeroporto. Passageiros com Necessidade de Assistência Especial (Pnae) e seus acompanhantes sempre terão direito à hospedagem. A assistência pode ser suspensa para permitir o embarque imediato.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 01/10/2025**

## REGIÃO NORDESTE - PERNAMBUCO E UNIÃO FIRMAM PROTOCOLO PARA INSTALAR ZPE EM SUAPE

Projeto prevê investimentos de R\$ 271,5 milhões e já conta com três empreendimentos âncora voltados à transição energética

**Da Redação [redacao.jornal@redebene.com.br](mailto:redacao.jornal@redebene.com.br)**



***O protocolo de intenções foi firmado pela governadora Raquel Lyra e pelo vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin***

O Governo de Pernambuco e o Governo Federal assinaram, na segunda-feira (29), em Brasília (DF), um protocolo de intenções para a instalação da Zona de Processamento de Exportação de Pernambuco (ZPE) no Complexo Industrial Portuário de Suape. O compromisso foi formalizado pela governadora Raquel Lyra (PSD) e pelo vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin.

A iniciativa marca a entrada oficial de Pernambuco no processo de implantação da ZPE, considerada instrumento estratégico para atração de investimentos e expansão da economia. As Zonas de Processamento de Exportação são áreas de livre comércio com o exterior, voltadas à instalação de empresas que produzem bens destinados ao mercado internacional. Os empreendimentos instalados nessas áreas contam com regimes tributários, cambiais e administrativos diferenciados.

“A implantação da ZPE em Suape é um passo importante para fortalecer a economia pernambucana e gerar novas oportunidades para o estado. Esse projeto estratégico vai ampliar nossa capacidade de atrair investimentos nacionais e internacionais, consolidar Pernambuco como referência em inovação e sustentabilidade e impulsionar a industrialização”, afirmou a governadora Raquel Lyra.

De acordo com o secretário estadual de Desenvolvimento Econômico, Guilherme Cavalcanti, o projeto representa uma mudança de patamar para o Estado. “A ZPE é um divisor de águas para o desenvolvimento econômico de Pernambuco. Estamos falando de um projeto capaz de ampliar a competitividade do Estado no cenário global, gerar empregos qualificados e atrair indústrias comprometidas com a sustentabilidade e a inovação. É um passo concreto para consolidar Suape como hub estratégico da nova economia e inserir Pernambuco de maneira definitiva nas cadeias internacionais de valor”, destacou.

O Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA), elaborado em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV) Transportes, já foi concluído e confirma a viabilidade do empreendimento. O plano prevê investimentos de R\$ 271,5 milhões em infraestrutura, acessos e área alfandegada.

Segundo o diretor-presidente do Complexo de Suape, Armando Monteiro Bisneto, a ZPE já nasce com três empreendimentos âncora voltados à transição energética, com foco na produção de combustíveis sustentáveis para exportação. “A ZPE já nasce com três empreendimentos âncora voltados à transição energética, todos com foco na produção de combustíveis sustentáveis para exportação, como hidrogênio verde e e-metanol. Dois deles, da European Energy e da GoVerde, já firmaram contrato com Suape, enquanto o terceiro aguarda a formalização da ZPE para confirmar sua instalação. A expectativa é de que o projeto se torne um marco para a economia pernambucana, consolidando o estado como referência em inovação, sustentabilidade e integração ao comércio internacional”, ressaltou.

A ZPE de Pernambuco está planejada para funcionar como um polo de inovação e agregação de valor às exportações, atraindo indústrias alinhadas à economia verde. A expectativa do governo estadual é que o empreendimento reforce o papel de Suape como centro logístico e industrial de alcance internacional.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 01/10/2025**

### **REGIÃO SUL - MPOR E PORTO DE ITAJAÍ PRORROGAM CONTRATO COM A JBS POR MAIS DOIS ANOS**

Novo vínculo com a empresa será válido até a realização do arrendamento definitivo do complexo portuário

**Da Redação** [redacao.jornal@redenenews.com.br](mailto:redacao.jornal@redenenews.com.br)



***O aditivo, segundo comunicado, estabelece a prorrogação do contrato de arrendamento transitório por até dois anos. Foto: Ronaldo Silva Jr./ Divulgação***

O Superintendência do Porto de Itajaí e o Ministério de Portos e Aeroportos anunciaram a prorrogação do termo aditivo ao contrato de arrendamento transitório junto à JBS Terminais. A prorrogação do contrato foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) do dia 11 de setembro.

O aditivo, segundo comunicado, estabelece a prorrogação do contrato de arrendamento transitório por até dois anos, ou até a data do arrendamento definitivo do Porto de Itajaí que está previsto para 2026.

A medida visa garantir a continuidade das operações portuárias durante o período de transição e reorganização institucional. Segundo a Superintendência do Porto de Itajaí, os demais termos do contrato original permanecem inalterados.

O documento foi assinado pelo Secretário Nacional de Portos, Alex Sandro de Ávila; pelos representantes da JBS Terminais Ltda., Aristides Russi Júnior e Roberto Carlos Morgan Castagnaro; pelo Diretor-Geral da ANTAQ (Agência Nacional de Transportes Aquaviários), Frederico Carvalho Dias; e pelo Diretor-Presidente da Autoridade Portuária de Santos, Anderson Pomini.

Vencedora do processo de arrendamento transitório promovido pela agência reguladora, a JBS Terminais iniciou operações no Porto de Itajaí em outubro de 2024, marcando a retomada da movimentação de contêineres e carga geral no município.

A empresa informou que já foram investidos mais de R\$ 130 milhões desde o início das operações e, que, para os próximos anos cerca de R\$ 100 milhões serão investidos para ampliação e melhoria da infraestrutura portuária.

Em julho deste ano, a JBS assumiu a operação de todos os berços de atracação e áreas disponíveis no terminal público do Porto de Itajaí. Na prática, segundo a empresa, a mudança amplia a eficiência das operações portuárias, melhora a previsibilidade para os clientes e traz mais estabilidade e oportunidades para os trabalhadores portuários. O adensamento, inédito no porto, também elimina gargalos logísticos e acelera o fluxo de cargas.

Até o momento, em 2025, a movimentação do Porto de Itajaí já alcançou 2 milhões de toneladas em cargas containerizadas, com destaque para a retomada operacional e os investimentos no terminal.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**  
Data: 01/10/2025

## REGIÃO SUDESTE - COMISSÃO DO PL 733 DEVERÁ TER MAIS SESSÕES PARA “MATURAR PROJETO”, DIZ PRESIDENTE

Arthur Galdino disse que espera que tema não vá ao plenário da Câmara em meio a polarização do país

Por **CÁSSIO LYRA** [cassio.lyra@redebnews.com.br](mailto:cassio.lyra@redebnews.com.br)



**A Comissão Especial da Câmara dos Deputados que discute o Projeto de Lei 733 esteve na Prefeitura de Santos, onde participou de uma reunião com o prefeito Rogério Santos**

A Comissão Especial da Câmara dos Deputados que discute o Projeto de Lei 733 esteve na Prefeitura de Santos, onde participou de uma reunião com o prefeito Rogério Santos

O presidente da Comissão Especial da Câmara dos Deputados que discute o Projeto de Lei 733, que dispõe sobre o novo marco legal portuário, deputado Murilo Galdino (Republicanos-PB), afirmou que a tendência é que a comissão peça por uma prorrogação das sessões legislativas que debatem a nova legislação do setor portuário. Na terça-feira, 30 de setembro, alguns deputados que compõem a Comissão realizaram agenda oficial no Porto de Santos (SP).

**É IMPORTANTE DEIXAR CLARO A TODOS OS ATORES ENVOLVIDOS NESSE PROJETO QUE, MESMO QUE A GENTE PROLONGUE O PROCESSO, PRORROGAR PARA MAIS DEZ OU 20 SESSÕES, NÓS TEREMOS UM GANHO NISSO, PARA TORNAR UM TEXTO MADURO. NÓS TEMOS 40 SESSÕES LEGISLATIVAS AO TODO, ESTAMOS EM TORNO DE 27 JÁ REALIZADAS, MAS ESSE PRAZO DEVERÁ SER PRORROGADO”**

**MURILO GALDINO**  
**Deputado Federal (Republicanos-PB)**

Conforme explicou o presidente da Comissão, devido ao caráter complexo de discussões que envolvem o novo PL, o grupo terá de pedir uma prorrogação de sessões legislativas. A medida, segundo ele, servirá para “maturar o melhor projeto possível”.



“É importante deixar claro a todos os atores envolvidos nesse projeto que, mesmo que a gente prolongue o processo, prorrogar para mais dez ou 20 sessões, nós teremos um ganho nisso, para tornar um texto maduro. Nós temos 40 sessões legislativas ao todo, estamos em torno de 27 já realizadas, mas esse prazo deverá ser prorrogado”, disse.

Galdino lembrou que o PL 733 tem caráter terminativo, ou seja, ele não precisa ser votado no plenário da Câmara dos Deputados, sendo definido pelos 17 parlamentares que compõem a Comissão Especial. O presidente afirma ser importante que a nova legislação do setor portuário, vital para a economia do país, não seja abordada no plenário em meio a polarização do país.

“Queremos um texto, um projeto amplamente maduro, justamente para que não precise ir a plenário. A gente sabe como está a polarização do país e um texto dessa natureza e dessa magnitude chegar no plenário pode ser desvirtuado com a polarização e outros aspectos e que não traga uma realidade que nós queremos”, pontuou.

Segundo o rito processual, a partir de um acordo entre o presidente e o relator da Comissão Especial, deputado Arthur Maia (União-BA), será encaminhado ao presidente da Câmara, deputado Hugo Moa (Republicanos-PB), a prorrogação de mais sessões legislativas.

“É um setor extremamente complexo e que, no decorrer das discussões e debates da Comissão, estão aparecendo novos temas e novos assuntos”, finalizou Galdino.

### **Visita a Santos**

Na terça-feira, durante o período da tarde, a comitiva realizou uma visita técnica ao terminal da Brasil Terminal Portuário (BTP), uma das principais em movimentação de contêineres na América Latina. Eles foram recebidos pelos diretores da empresa, que fizeram uma apresentação sobre o terminal e o plano de investimento para os próximos anos, além de conhecerem de perto todas as instalações e operações portuárias.

O requerimento de visita ao maior porto do país partiu do deputado Paulo Alexandre Barbosa (PSDB-SP). Ele afirmou que a ideia de realizar visitas aos portos brasileiros foi para conhecer a realidade da atividade portuária, em especial do segmento de contêineres no maior porto público brasileiro.

“É importante que essa Comissão que vai decidir o encaminhamento desse projeto de lei possa conhecer a realidade do maior porto do país. Vamos apresentar a realidade das empresas, ouvir trabalhadores. Neste processo, quanto maior a escuta, maior a chance de acertar e construir um texto final que possa representar o interesse do país”, destacou.

Já no período da noite, os deputados que compõem a Comissão participaram de uma reunião na Prefeitura de Santos. No Paço Municipal, houve duas reuniões: a primeira com representantes dos estivadores e trabalhadores portuários de Santos, que entraram em greve de 24 horas, reivindicando direitos a respeito do novo acordo trabalhista dentro da nova lei do setor portuário.

Depois, o prefeito Rogério Santos (Republicanos) realizou uma apresentação colocando os pontos principais e considerados importantes para o desenvolvimento da cidade em meio à operação portuária.

“Quando cheguei a Santos, vi uma manifestação de trabalhadores. Há um grupo dizendo que o acordo trabalhista está feito, acertado. Mas, obviamente não está, porque tem vozes dizendo o contrário. Quando atingirmos uma posição mediana, nós vamos trabalhar para buscar, se não uma unanimidade, ao menos uma linha média que contemple a vontade, necessidade e direitos de todos”, disse o relator, deputado Arthur Maia.

Participaram da visita os seguintes deputados: Daniela Reinehr (PL-SC), Delegado da Cunha (PP-SP), João Carlos Bacelar (PL-BA) e Rosana Valle (PL-SP).

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 01/10/2025**

## **C O N E X Ã O NORDESTE - ESTADOS DO NORDESTE SE UNEM E APRESENTAM A REGIÃO COMO PRODUTO TURÍSTICO ÚNICO NO MERCADO INTERNACIONAL**

Por **HEITOR GREGÓRIO**



Os nove estados nordestinos se uniram para trabalhar a região como um produto turístico único para o mercado internacional. A partir de agora, as belezas, encantos, singularidades e um sem-fim de experiências que nossa região oferece, como cultura, gastronomia, paisagens e belas praias de águas mornas, serão promovidos juntos.

O lançamento da Marca Nordeste pela Embratur e Consórcio Nordeste realizado nessa segunda-feira, 29, já é um marco na promoção turística do país. O evento aconteceu no estande da Embratur, na Feira Internacional de Turismo da América Latina (FIT), em Buenos Aires, na Argentina. Com a participação de todos os estados da região, a proposta da marca é romper com a lógica da promoção isolada e consolidar um bloco turístico forte, com identidade própria, preparado para atrair ainda mais visitantes estrangeiros.

“A marca Nordeste é a expressão gráfica que assinará as peças publicitárias, as nossas campanhas, mas mais que isso, ela é a expressão do conceito de um bloco de estados, uma região de características únicas, porém diversas, em que o Brasil aposta ser o produto a disputar com destinos internacionais como Caribe, Sudeste Asiático, e será ponta de lança de um crescimento ainda maior do turismo internacional do Brasil. Destaque para o protagonismo do Rio Grande do Norte nesse processo, em virtude de que essa marca foi concebida, foi idealizada pelo Consórcio Nordeste quando a governadora Fátima Bezerra era a presidente”, explica o diretor-presidente da Embratur, Raoni Fernandes.

Após destacar as belezas, encantos e diversidade da região, o presidente da Embratur, Marcelo Freixo, destacou que o lançamento da marca é apenas o começo de um trabalho mais amplo. “Na verdade, é o primeiro passo. É para que daqui para frente a gente possa pensar em políticas públicas que tragam o mundo para conhecer o Nordeste. Isso significa todo mundo trabalhando junto para que uma região inteira cresça, gere emprego, gere renda e gere felicidade”.

Em 2024, a Embratur e Consórcio Nordeste assinaram um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) para impulsionar o turismo internacional na região. O plano de trabalho conjunto, voltado para promoção dos destinos, atração de visitantes e investimentos, incluiu ações de marketing, roadshows na Europa e outras estratégias para fortalecer a competitividade da região como destino turístico único, beneficiando os nove estados nordestinos.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**  
Data: 01/10/2025

## **C O N E X Ã O NORDESTE - RIO GRANDE DO NORTE ABRE MAIS DE 5,3 MIL VAGAS FORMAIS DE TRABALHO EM AGOSTO**

Por **HEITOR GREGÓRIO**

O Rio Grande do Norte registrou o saldo de 5.339 empregos com carteira assinada em agosto e chegou a 15.397 novos postos formais no acumulado do ano, entre janeiro e agosto. Os dados são do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), divulgados nesta segunda-feira, 29 de setembro, pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

O estado apresentou desempenho positivo em quatro dos cinco grandes grupos de atividades econômicas avaliados no oitavo mês de 2025. O destaque foi o setor de Agropecuária, que gerou

2.332 novos postos. Na sequência aparecem Serviços (1.223), Indústria (1.093) e Comércio (761). Apenas a Construção registrou desempenho negativo, de -66 vagas.

As novas vagas com carteira assinada geradas em agosto no Rio Grande do Norte foram ocupadas, em sua maioria, por pessoas do sexo masculino, responsáveis pelo ingresso em 3.816 postos, contra 1.523 vagas ocupadas pelas mulheres. Pessoas com ensino médio completo foram as principais atendidas, com 2.488 vagas no estado. Jovens entre 18 e 24 anos formam o grupo com maior saldo de vagas no Rio Grande do Norte em agosto: 2.040.

MUNICÍPIOS – A capital Natal foi o município potiguar com maior saldo em agosto, com 1.261 novos postos. A cidade tem hoje um estoque de 239,5 mil empregos formais. Na sequência dos municípios com melhores desempenhos no estado no mês aparecem Baía Formosa (708), Apodi (662), Ceará-Mirim (278) e Mossoró (275).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 01/10/2025

## **C O N E X ã O NORDESTE - GOVERNO DE PERNAMBUCO FORMALIZA PROTOCOLO COM GOVERNO FEDERAL PARA IMPLANTAÇÃO DA ZPE NO COMPLEXO DE SUAPE** *Por HEITOR GREGÓRIO*



O Governo de Pernambuco formalizou juntamente com o Governo Federal, nesta segunda-feira (29), em Brasília, um protocolo de intenções para a instalação de uma Zona de Processamento de Exportação de Pernambuco (ZPE) no Complexo Industrial Portuário de Suape. A decisão é importante para consolidar um projeto estratégico de atração de investimentos e expansão da economia. A formalização do compromisso foi feita

com as assinaturas entre a governadora Raquel Lyra e o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin.

O projeto, liderado pela estatal portuária, simboliza a entrada oficial do Estado no processo de implantação da ZPE, que é uma área de livre comércio com o exterior, destinada à instalação de empresas voltadas para a produção de bens a serem comercializados em outros países. Além disso, uma futura empresa que se instalar na ZPE terá acesso a tratamentos tributários, cambiais e administrativos específicos. A iniciativa tem como objetivo alavancar negócios, impulsionar a industrialização sustentável e promover a inserção de Pernambuco em cadeias globais de exportação.

“A ZPE é um divisor de águas para o desenvolvimento econômico de Pernambuco. Estamos falando de um projeto capaz de ampliar a competitividade do Estado no cenário global, gerar empregos qualificados e atrair indústrias comprometidas com a sustentabilidade e a inovação. É um passo concreto para consolidar Suape como hub estratégico da nova economia e inserir Pernambuco de maneira definitiva nas cadeias internacionais de valor”, destacou o secretário de Desenvolvimento Econômico, Guilherme Cavalcanti.

Localizada no território do Complexo de Suape, a ZPE Pernambuco se estrutura como instrumento para fomentar inovação, agregar valor às exportações e atrair indústrias alinhadas à nova economia verde. O Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA), desenvolvido em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV) Transportes, já foi concluído e reforça a viabilidade do empreendimento, que prevê investimentos da ordem de R\$ 271,5 milhões em infraestrutura, acessos e área alfandegada.



A agenda contou com a presença dos secretários estaduais Guilherme Cavalcanti (Desenvolvimento Econômico), Túlio Vilaça (Casa Civil), André Teixeira Filho (Mobilidade e Infraestrutura) e Fabrício Marques (Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional).

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 01/10/2025**



## **BAHIA ECONÔMICA - BA**

### **ELETOBRAS INSTALA MÁQUINAS DE MINERAÇÃO DE BITCOIN NA BAHIA**

**Por João Paulo - 01/10/2025 08:58**

A ex-companhia pública brasileira Eletrobras (B3: ELET3), privatizada em junho de 2022, divulgou que começou um projeto piloto de mineração de bitcoin na Bahia, com uso de turbinas eólicas, painéis solares e baterias.

A confirmação partiu do vice-presidente de inovação da Eletrobras, Juliano Dantas em uma conversa com a Reuters, publicada nesta terça-feira (30). De acordo com ele, a companhia busca entender melhor este mercado e as oportunidades presentes nele.

De acordo com reportagem, várias companhias mundiais estão buscando no Brasil uma oportunidade com mineração de bitcoin e outras criptomoedas. Para isso, a procura por energia limpa tem crescido no país.

Além da Eletrobras, outras companhias buscam conhecer a mineração de bitcoin no Brasil em busca de oportunidades de “oceano azul”

A cobertura da Reuters sobre a mineração de bitcoin no Brasil vai muito além da Eletrobras. Isso porque, das companhias de energia renovável a Renova Energia SA (B3: RNEW3) também está atenta ao mercado.

A procura pelo serviço da Renova Energia, uma companhia que focou na energia renovável em projetos eólicos, solares e outros mais, acontece por empresas de criptomoedas. O mercado se aqueceu após a Tether, dona do USDT, anunciar seus planos de minerar no Brasil.

A busca tem um fundo interessante de oportunidade estratégica do tipo “oceano azul”, visto que o Brasil tem uma produção excedente de energia limpa. Ou seja, as empresas de mineração de bitcoin podem contribuir com a segurança da rede e ganharem recompensas com uma produção sustentável.

Também na Bahia, a Renova Energia já começou a atender um cliente não identificado que investiu US\$ 200 milhões no projeto de mineração de bitcoin com energia renovável eólica. O CEO da Renova Energia, Sergio Brasil, declarou que a empresa provê toda a infraestrutura em um passo a frente dos concorrentes, expandindo a companhia para novos mercados.

Empresas do Cazaquistão e Paraguai planejam fechar acordos no Brasil para mineração de criptomoedas; Bitmain pode chegar no país

Se empresas globais descobrirem o potencial energético do Brasil, uma delas é a ENEGIX do Cazaquistão, que também conversou com a Reuters. De acordo com John Blount, um dos fundadores da empresa de mineração de bitcoin e criptomoedas, há uma avaliação de acordos no Nordeste do Brasil para chegar com a empresa no país.



Outra empresa avaliando negócios no país é a Penguin, que minera bitcoin no Paraguai, mas que ainda não quer divulgar detalhes da operação no Brasil.

Outra gigante do setor que pode chegar também é a Bitmain, mostrando que as maiores empresas do mercado observam com atenção o cenário brasileiro em busca de oportunidades de negócio e que podem gerar emprego e renda para milhares de brasileiros, de forma direta e indireta.

*Fonte: Bahia Econômica*

*Data: 01/10/2025*

### **GOVERNO CRIA GRUPO DE TRABALHO PARA REGULAMENTAR EÓLICA EM ALTO-MAR NO BRASIL**

*Por VICTOR OLIVEIRA - 01/10/2025 15:03*

O governo federal definiu a criação de um grupo de trabalho (GT) para estudar e propor medidas necessárias para a regulamentação da Lei das Eólicas Offshore. A iniciativa, aprovada hoje pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), será coordenada pelo Ministério de Minas e Energia (MME) e contará com a participação de 23 instituições. Representantes do setor produtivo e da sociedade civil também poderão ser convidados.

Entre os pontos que deverão ser abordados pelo GT estão a definição locacional prévia, as regras para solicitação de Declaração de Interferência Prévia (DIP), critérios de qualificação técnica e econômico-financeira, além de sanções aplicáveis em caso de descumprimento de obrigações.

Estão previstas entregas em etapas, incluindo estudos técnicos sobre coexistência entre a energia eólica offshore e atividades de pesca, segurança na navegação, necessidades portuárias, bem como propostas de digitalização de processos e a criação de um Portal Único de Gestão de Áreas Offshore.

Segundo o MME, o potencial brasileiro para geração eólica offshore supera os 1.200 gigawatts (GW), distribuídos pelas regiões Nordeste, Sudeste e Sul. Considerando áreas da costa com até 50 metros de profundidade e ventos a 100 metros de altura, estudos apontaram a existência de 697 GW de capacidade aproveitável. Atualmente, tramitam no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) 104 pedidos de licenciamento ambiental de projetos de eólicas offshore, que somam 247,3 GW em análise.

O MME estima que o desenvolvimento de eólicas offshore no País poderá gerar até 516 mil empregos em tempo integral até 2050 e adicionar cerca de R\$ 902 bilhões ao Produto Interno Bruto (PIB) no mesmo período. Os custos projetados para usinas com fundações fixas variam entre US\$ 52 e US\$ 64 por megawatt-hora, o que, na avaliação da Pasta, demonstraria competitividade em relação a outras fontes renováveis.

*Fonte: Bahia Econômica*

*Data: 01/10/2025*



### **JORNAL O GLOBO – RJ**

### **GOVERNO AUTORIZA LEILÃO DE CAMPOS DO PRÉ-SAL QUE DEVE ARRECADAR R\$ 14,8 BILHÕES**

Vencedor do leilão será responsável por garantir a operação segura dos campos e cumprir exigências ambientais e de descomissionamento

*Por Bruna Lessa — Brasília*



### ***Campo de Tupi faz parte das reservas do pré-sal, descobertas em 2006 — Foto: Agência Gov***

O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), aprovou nesta quarta-feira a realização de um leilão que deve arrecadar R\$ 14,8 bilhões neste ano com a venda de direitos e obrigações sobre os campos de Mero, Atapu e Tupi, no pré-sal. O valor já está incorporado ao Relatório Bimestral de Receitas e Despesas do governo.

O certame, conduzido pela estatal Pré-Sal Petróleo (PPSA), permitirá que investidores privados assumam os direitos e obrigações da União, seguindo regras técnicas e econômicas definidas pelo CNPE. A operação é inédita e busca aumentar a arrecadação, garantir maior eficiência na gestão dos ativos estratégicos e manter padrões de segurança e sustentabilidade na exploração.

"É a primeira vez que a União transfere direitos e obrigações de Acordos de Individualização da Produção. E faz isso de forma transparente, com regras claras e com parâmetros técnicos e econômicos definidos pelo CNPE. Com a aprovação dessa medida, fortalecemos a governança sobre os recursos do Pré-Sal, ampliamos a transparência no processo de licitação e asseguramos maior eficiência na gestão dos ativos estratégicos da União", disse o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, em nota.

Segundo o MME, o vencedor do leilão assumirá os direitos e obrigações referentes aos AIPs, seguindo os contratos vigentes e garantindo a continuidade operacional. Ele também será responsável pelo descomissionamento — ou seja, pelo encerramento seguro das operações e desmontagem das estruturas quando necessário — e pela recuperação ambiental das áreas exploradas.

**Fonte: O Globo - RJ**  
**Data: 01/10/2025**

## **LULA SE REÚNE COM LÍDERES DO UNIÃO E PP ANTES DE VOTAÇÃO DO IR NA CÂMARA**

Presidente teria feito pleito pela aprovação do relatório de Lira sem destaques; encontros ocorrem após siglas terem comunicado desembarque do governo

**Por Luísa Marzullo — Brasília**



***Os presidentes de partido Antônio Rueda (União Brasil) e Ciro Nogueira (PP) estão juntos numa federação e querem que seus filiados entreguem cargos na gestão Lula — Foto: Brenno Carvalho/19-8-2025***

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) intensificou as articulações com o centrão às vésperas de uma das votações mais importantes para a sua gestão no Congresso. Nesta quarta-feira, dia em que a Câmara deve analisar o projeto que amplia a faixa de isenção do Imposto de Renda, Lula

recebeu líderes do União Brasil e do PP em reuniões reservadas no Planalto e no Alvorada. Os encontros ocorreram a poucas horas da análise do texto, relatado por Arthur Lira (PP-AL), e também em meio ao prazo dado pelas duas legendas para que seus ministros deixem a Esplanada.



Segundo relatos, o presidente fez um pleito direto: a aprovação do relatório de Lira sem destaques, para evitar que o texto seja desidratado em plenário. O governo também atua para impedir que a votação seja fatiada, o que abriria brechas para mudanças consideradas indesejadas, principalmente em relação à compensação. O mesmo pedido foi repetido nas últimas horas pelo próprio Lira, em reuniões com líderes do centrão. O objetivo, dizem interlocutores, é mostrar unidade em torno da proposta e dar um recado a seu rival, o senador Renan Calheiros (MDB-AL), que apresentou projeto similar no Senado sob o argumento de que a Câmara demorava a deliberar.

O líder do União, Pedro Lucas (MA), esteve no Planalto pela manhã. A agenda não foi divulgada, mas aliados relatam que ele se encontrou com o presidente no horário em que ocorreria uma reunião da bancada na Câmara. Já o deputado Dr. Luizinho (PP-RJ) foi convidado para almoço no Alvorada, com a presença da ministra das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann. Nas duas conversas, além da pauta econômica, pairou também a sombra do desembarque dos partidos da base. União e PP anunciaram em setembro que deixariam o governo e cobraram a entrega dos cargos.

O ultimato vence agora, mas o movimento ainda tem arestas: no PP, André Fufuca segue no Esporte, apesar da decisão partidária; no União, Celso Sabino (Turismo) já protocolou sua carta, mas continua ministro e acompanhará Lula nesta quinta-feira em agenda da COP-30, no Pará.

A ofensiva de Lula e Lira reflete a importância eleitoral da proposta. A elevação da faixa de isenção para até R\$ 5 mil, acompanhada de desconto gradual até R\$ 7.350, é tratada pelo Planalto como vitrine para 2026. O desenho já vinha sendo negociado com as bancadas, mas ainda enfrenta resistências pontuais, sobretudo em alas do PP e do União.

Há pressão, por exemplo, para ampliar a faixa de isenção parcial para R\$ 7,5 mil e retirar a compensação de 10% para quem tem rendimentos acima de R\$ 1,2 milhão ao ano. Líderes ponderam, no entanto, que qualquer alteração esbarra na exigência de indicar uma fonte de compensação, sob risco de travar a tramitação. Governistas também repetem que qualquer mudança precisa ter o aval do Planalto.

Na manhã desta quarta, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), também recebeu o presidente do PT, Edinho Silva. A reunião foi lida como gesto de aproximação com o Planalto no dia da votação, em meio ao esforço conjunto para blindar o texto no plenário.

Na véspera, Lula já havia almoçado com Motta e com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP). O recado foi o mesmo: aprovar o IR sem sobressaltos. Agora, às portas da votação, a aposta do Planalto é que os acordos de bastidores sustentem o texto no plenário e que União e PP, mesmo em processo de desembarque, entreguem os votos necessários para a medida que o governo quer carimbar como símbolo de sua agenda econômica.

Segundo cálculos da equipe econômica, o texto deve beneficiar cerca de dez milhões de brasileiros. Em 2022, foi uma das principais promessas de campanha de Lula e, caso sancionado até o fim de dezembro, passará a valer já na declaração do ano que vem — quando o petista tentará a reeleição.

**Fonte: O Globo - RJ**

**Data: 01/10/2025**

## **AMAZON PARTE PARA A GUERRA CONTRA MERCADO LIVRE E SHOPEE NO BRASIL**

**Gigante isenta taxas logísticas e reserva US\$ 25 bi para investimentos, segundo Itaú BBA  
Por Rennan Setti**

A Amazon fez um anúncio na noite de terça-feira que está sendo classificado por analistas do Itaú BBA como “uma de suas manobras mais agressivas” até hoje na disputa com Mercado Livre e Shopee no Brasil. A companhia de Jeff Bezos decidiu isentar todas as taxas logísticas cobradas dos vendedores que usam o modelo fulfillment, no qual a própria Amazon se responsabiliza pela estocagem e entrega dos produtos de terceiros.



### **Amazon — Foto: Bloomberg**

O movimento ataca uma das principais fragilidades da empresa em relação às rivais no Brasil — a menor quantidade de vendedores e o sortimento mais limitado de produtos — e faz parte do plano da Amazon de investir, segundo interlocutores ouvidos pelo Itaú BBA, US\$ 25 bilhões no e-commerce brasileiro em um período de três a cinco anos.

### **‘Agressividade’**

“A Amazon vem recrutando de forma agressiva gerentes de relacionamento de concorrentes, com o objetivo específico de reduzir essa diferença na seleção. O anúncio de ontem foi desenhado exatamente com esse propósito: criar um poderoso incentivo para que os vendedores aloquem seus estoques nos centros de distribuição da Amazon”, detalhou o relatório do banco.

Embora a isenção expire em 3 de dezembro, podendo ser estendida por mais dois meses caso o vendedor concorde em gastar mais com publicidade na plataforma e aumentar o volume de produtos no modelo de fulfillment, o Itaú BBA classificou o anúncio como “um sinal claro da agressividade da Amazon e de maior pressão sobre as margens no curto prazo”.

“Há apenas alguns meses, a Amazon já havia reduzido as tarifas logísticas para vendedores; o anúncio de ontem leva essa política ainda mais longe”, acrescentou.

### **O gatilho**

A Amazon está, de certa forma, correndo atrás do prejuízo diante de um Mercado Livre que se tornou três vezes maior que a operação da rival americana no Brasil e construiu uma infraestrutura logística superior. Mas o banco observou que, como a penetração do e-commerce no Brasil parece ter estacionado entre 14% e 15%, ainda há espaço competitivo — mesmo que isso signifique provável aperto de margens daqui para frente.

“O catalisador decisivo por trás do novo ímpeto da Amazon no país foi a conquista do breaking even (equilíbrio financeiro, ou seja, deixar de dar prejuízo), mesmo em uma escala relativamente menor. Com esse marco alcançado, o mandato mudou claramente: a rentabilidade pode ser deixada de lado no curto prazo em favor da conquista de participação de mercado”, completou o BBA, acrescentando: “É improvável que a Amazon recue, e acreditamos que o Mercado Livre também não cederá facilmente. Na verdade, o Mercado Livre pode muito bem espelhar as medidas anunciadas ontem, sacrificando margens de curto prazo para defender — e consolidar — sua liderança.”

Fonte: O Globo - RJ

Data: 01/10/2025

## **COM AÇO CHINÊS BARATO, GERDAU SEGURA INVESTIMENTO DE US\$ 400 MILHÕES NO BRASIL E MIRA EXPANSÃO NOS EUA**

Siderúrgica espera que sua operação no território americano se beneficie das tarifas de importação de aço impostas por Trump, além da alta demanda por energia renovável e do crescimento de data centers

**Por Bloomberg**

A siderúrgica brasileira Gerdau suspendeu investimentos planejados de 2,1 bilhões de reais (US\$ 400 milhões) no Brasil, citando perspectivas de mercado fracas e a onda de aço chinês barato.

“O maior player do mercado de aço brasileiro atualmente é o aço chinês — subsidiado e com competição injusta”, disse o CEO Gustavo Werneck nesta quarta-feira, durante o Investor Day da Gerdau em São Paulo.



### **Produção de aço na Gerdau — Foto: Gerdau/Divulgação**

O Brasil investiga atualmente se são necessárias tarifas antidumping sobre mais de duas dezenas de tipos de produtos de aço importados da China.

### **Foco em expansão nos EUA**

A Gerdau, que também opera no México e na América do Norte, vai concentrar esforços na expansão da usina de Midlothian, no Texas, sua maior planta nos EUA. A

empresa planeja adicionar 150 mil toneladas de capacidade anual a partir de 2026.

Espera-se que suas operações nos EUA se beneficiem das tarifas de importação de aço impostas pelo presidente Donald Trump, além da alta demanda por energia renovável e do crescimento de data centers.

Com concorrência chinesa, vendas de elétricos da Tesla caem 13,5% no segundo trimestre. No Brasil, as prioridades mudam para mineração — tanto para autoabastecimento quanto para vendas — e processamento de sucata. Projetos suspensos incluem uma nova linha de laminação e expansão florestal em Minas Gerais. Juros elevados devem impactar o setor da construção civil, e tarifas americanas podem prejudicar clientes como os do setor de autopeças.

A empresa agora projeta um capex de 4,7 bilhões de reais em 2026, abaixo dos 6 bilhões de reais deste ano.

Produzir seu próprio minério de ferro, disse Werneck, ajudará a reduzir custos e compensar a enxurrada de aço chinês de baixo preço que pressiona a indústria brasileira.

“Não podemos ficar parados e esperar que nossa estratégia no Brasil se baseie apenas na defesa comercial”, afirmou.

**Fonte: O Globo - RJ**

**Data: 01/10/2025**

## **TRUMP DIZ QUE PEDIRÁ A XI QUE COMPRE SOJA DOS EUA EM SUA PRÓXIMA REUNIÃO**

Republicano diz que país asiático deixou de comprar insumo por razões de ‘negociação’. Washington e Pequim estão em guerra tarifária desde o início do ano

**Por Bloomberg**



### **Montagem com os presidentes dos EUA, Donald Trump, e da China, Xi Jinping — Foto: ANDREW CABALLERO-REYNOLDS e SUO TAKEKUMA / AFP**

O ex-presidente Donald Trump afirmou nesta quarta-feira que pretende pressionar o líder chinês Xi Jinping a comprar soja americana quando se encontrarem, em meio às dificuldades enfrentadas pelos agricultores devido à guerra comercial entre os dois países. Desde que o presidente Donald Trump impôs tarifas sobre produtos chineses em

fevereiro, Pequim retaliou suspendendo todas as compras de soja americana.

Sob pressão do tarifaço, Lula levará empresários a Ásia enquanto tenta confirmar encontro com Trump para negociar

“Nossos produtores de soja estão sendo prejudicados porque a China, apenas por razões de ‘negociação’, não está comprando”, escreveu Trump em sua plataforma Truth Social. “Vou me reunir com o presidente Xi, da China, em quatro semanas, e a soja será um tema importante da discussão”, acrescentou.

Trump já havia dito no mês passado que se encontraria com Xi à margem da cúpula da Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (Apec), marcada para o fim de outubro na Coreia do Sul. Ele também declarou que pretende viajar à China no próximo ano.

Com tarifaço de Trump: EUA não venderam sequer um saco de soja para a China em mês crucial Washington e Pequim estão em uma guerra tarifária desde o início do ano, que levou ambos a imporem sobretaxas escalonadas às exportações um do outro.

### Trégua frágil

Embora as duas partes tenham concordado em reduzir as tensões, a trégua permanece frágil, com constantes ameaças.

Trump tem criticado especialmente seu sucessor, Joe Biden, por não aplicar um acordo comercial anterior com Pequim — negociado por ele próprio — que obrigava a China a comprar determinadas quantidades de produtos agrícolas americanos.

O republicano reiterou ainda nesta quarta-feira que estuda usar parte da receita das tarifas dos EUA para ajudar os agricultores.

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 01/10/2025*

## GOVERNO TENTA MANTER RELATÓRIO DE LIRA SOBRE ISENÇÃO NO IR E ENFRENTA PRESSÃO DE OPOSIÇÃO E RURALISTAS

Projeto deve ser votado pela Câmara nesta quarta-feira

*Por Camila Turtelli — Brasília*



**Presidente Lula ao lado de Arthur Lira — Foto: Cristiano Mariz / O Globo**

No dia previsto para a votação do projeto que amplia a faixa de isenção do Imposto de Renda (IR) para até R\$ 5 mil, o governo trabalha para manter o relatório do deputado Arthur Lira (PP-AL) e evitar qualquer tentativa de ampliar o escopo da medida. Em plenário, no entanto, enfrentará uma série de movimentos. A oposição, ainda frustrada com o naufrágio da anistia ampla e irrestrita e da PEC da Blindagem, deve apresentar destaques para tentar alterar o texto. Já as iniciativas mais consistentes devem vir da bancada ruralista, que recebeu acenos do relator e agora aposta em avançar com emendas próprias.

Do lado do governo, a maior preocupação está nos destaques que não indicam fonte de compensação fiscal, alguns deles apresentados nesta quarta-feira. Fora isso, a ordem é resistir a qualquer ampliação além do que já está no relatório, sob o argumento de que abrir exceções para um setor poderia desencadear uma reação em cadeia de demandas de outros segmentos.

### Principais pontos do projeto para o governo

- Ampliar a isenção do IR até R\$ 5 mil é compromisso central de Lula e peça-chave para manter apoio da classe média.
- Garantir a cobrança de pelo menos 10% sobre rendas acima de R\$ 1,2 milhão/ano, incluindo dividendos
- Com a arrecadação da alíquota mínima e ajustes como a CSLL de bancos, o governo reduz a perda de arrecadação e evita rombos.
- Correção automática da tabela, mecanismo incorporado ao texto para blindar o governo de pressões futuras.

A principal aposta dos ruralistas é uma emenda de autoria do deputado Evair Melo (PP-ES), que prevê isenção do IR para produtores rurais pessoas físicas com receita bruta anual de até R\$ 508.320, com atualização anual pelo IPCA. Esse valor representa uma renda bruta mensal de R\$ 42.360. Hoje não há qualquer regra específica para esse grupo que segue a cobrança de até 27,5%.

O argumento da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) é que a atividade no campo está exposta a riscos climáticos e de mercado, além de altos custos de produção, e que a diferenciação é necessária para proteger pequenos e médios produtores e estimular a formalização.

O texto de Lira já havia contemplado pleitos relevantes do agro, como a definição de que a tributação será feita com base no lucro, e não no faturamento, e a exclusão de aplicações do setor — LCA, CRA, CDCA, CDAWA e CPR — da alíquota mínima de 10% prevista para contribuintes de altíssima renda. Esses ajustes abriram caminho para que a FPA caminhe junto ao projeto, mas a bancada ainda tenta emplacar novos pontos.

Outras emendas em discussão buscam, por exemplo, assegurar a atualização automática dos valores que definem os gatilhos de tributação e flexibilizar regras para a distribuição de lucros acumulados.

**Fonte: O Globo - RJ**

**Data: 01/10/2025**

## URUGUAI QUER QUE EXPATRIADO RICO PAGUE MAIS POR INCENTIVO FISCAL

Em breve, nação sul-americana pode juntar-se a países como Portugal e Grécia, que, nos últimos anos, reformularam seus vistos dourados, também conhecido como residência por investimento

**Por Bloomberg — Montevideu**



**Playa Mansa em Punta del Este: argentinos ricos possuem segundas residências no balneário uruguaio — Foto: Ana Ferreira/Bloomberg**

O presidente uruguaio, Yamandu Orsi, quer que estrangeiros ricos paguem significativamente mais para se qualificarem para os incentivos fiscais que atraíram alguns milhares de expatriados para o país sul-americano, conhecido como um paraíso para investidores.

Atualmente, um caminho comum para obter residência fiscal e um período de isenção de longo prazo sobre a renda de investimentos estrangeiros é comprar um imóvel no valor mínimo de US\$ 559 mil (R\$ 2,9 milhões).

A partir do ano que vem, os novos moradores terão que investir mais US\$ 2 milhões (R\$ 10,7 milhões) em imóveis para se qualificarem para essas deduções, de acordo com o vice-ministro das Finanças, Martin Vallcorba, que citou uma proposta que está sendo adicionada ao primeiro projeto de lei orçamentária de Orsi.

Em vez de comprar propriedades para obter incentivos fiscais, esses moradores poderiam investir US\$ 100 mil (R\$ 533 mil) anualmente por até 11 anos em um fundo de inovação apoiado pelo governo, que apoiaria empresas locais e emitiria títulos que os moradores pagariam impostos comprariam e venderiam, disse Vallcorba.

— A ideia é que isso esteja operacional no ano que vem — disse Vallcorba em entrevista. — Não se trata de uma doação, mas sim de um investimento em um fundo que gerará lucros para aqueles que contribuirão com capital e lhes dará a oportunidade de sacar seu dinheiro.

Orsi, que assumiu o cargo em março, está elevando o nível das regras atuais que concedem isenções fiscais por 11 anos a pessoas que obtêm residência por meio de investimento. Se as mudanças propostas se tornarem lei, um indivíduo que investir pelo menos US\$ 2,4 milhões (R\$ 12,8 milhões) em uma empresa local terá direito à residência fiscal, mas não obterá o benefício fiscal gratuito.

Certamente, um residente que more pelo menos metade do ano no país ainda poderá solicitar o benefício fiscal sem comprar imóveis adicionais ou contribuir para o fundo de inovação.

Desde o fim de 2020, mais de 2.300 estrangeiros receberam isenção fiscal sobre suas rendas no exterior, segundo dados do governo. Um dos caminhos mais baratos para a residência fiscal exige que o indivíduo compre um imóvel e passe pelo menos dois meses do ano no Uruguai.

A proposta de Orsi tem apoio político no Congresso, já que seu partido de esquerda Frente Ampla desfruta da maioria das cadeiras no Senado e precisa apenas de dois votos extras fora de suas fileiras na Câmara dos Deputados para aprovar o projeto de lei orçamentária.

Localizado entre a Argentina e o Brasil, o Uruguai há muito tempo estende o tapete de boas-vindas aos ricos. Argentinos ricos possuem segundas residências ao longo do balneário de Punta del Este, na costa atlântica, enquanto fundadores bilionários das maiores empresas de tecnologia da América Latina têm o Uruguai como lar graças à sua política e economia estáveis.

A nação poderá em breve juntar-se a países como Portugal e Grécia que nos últimos anos reformularam os seus vistos dourados, também conhecido como “residência por investimento”, para canalizar dinheiro para fundos de capital de risco ou startups como alternativas à compra de imóveis.

— Queremos promover esta alternativa, que acreditamos oferecer maior valor agregado em termos de contribuição para o crescimento e melhoria da produtividade — disse Vallcorba em referência ao fundo proposto.

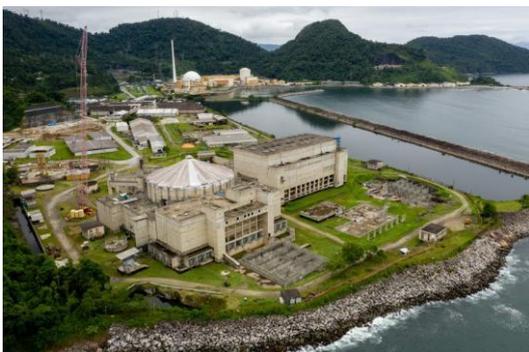
**Fonte: O Globo - RJ**

**Data: 01/10/2025**

## GOVERNO PEDE NOVOS ESTUDOS PARA DECIDIR FUTURO DA USINA NUCLEAR DE ANGRA 3

Obra paralisada desde 2015 poderá ser retomada ou descontinuada após nova avaliação técnica

**Por Bruna Lessa — Brasília**



**Vista aérea das obras paradas da usina nuclear Angra 3, no litoral fluminense — Foto: Brenno Carvalho / Agência O Globo**

O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) decidiu nesta quarta-feira que a Eletronuclear e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) terão de atualizar os estudos sobre a Usina Nuclear de Angra 3, em Angra dos Reis (RJ). A ideia é



avaliar se o governo deve concluir a obra, buscar parcerias com a iniciativa privada ou até abandonar o projeto.

Segundo a decisão, os técnicos terão que apresentar três cenários: terminar a usina com ajuda de investidores privados, concluir a obra apenas com dinheiro público ou calcular quanto custaria desistir de vez do empreendimento.

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, defendeu que Angra 3 é estratégica para o país.

— Angra 3 robustecerá o sistema integrado nacional com energia limpa, firme e de base, fortalecendo a segurança energética do país — afirmou.

As obras de Angra 3, iniciadas nos anos 1980, estão paralisadas desde 2015, após denúncias de corrupção reveladas pela Operação Lava-Jato. Hoje, estima-se que dois terços da construção estejam concluídos, com cerca de R\$ 12 bilhões já investidos. Um estudo do BNDES apontou que a finalização do empreendimento custaria R\$ 23 bilhões, enquanto a desistência poderia gerar um prejuízo de até R\$ 21 bilhões.

Silveira já havia antecipado que cobraria a inclusão do tema na pauta do conselho. Em setembro, ele destacou que a retomada do projeto exige replanejamento do uso nuclear no país, não apenas pela segurança energética, mas também pelo papel estratégico em um cenário internacional de instabilidades.

Atualmente, o Brasil conta com duas usinas nucleares em operação, Angra 1 e Angra 2, que juntas respondem por 0,8% da capacidade instalada de energia elétrica do país, segundo dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Caso concluída, Angra 3 teria capacidade para abastecer cerca de 4,5 milhões de habitantes — o equivalente a 70% do consumo residencial do estado do Rio de Janeiro.

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 01/10/2025*

## O ESTADO DE S. PAULO

### O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

#### CHINA SUSPENDE COMPRA DA MAIOR MINERADORA DO MUNDO; PREMIÊ DA AUSTRÁLIA REAGE

Segundo a Bloomberg, o importador estatal chinês de minério de ferro pediu a compradores nacionais que suspendessem compras da BHP; primeiro-ministro australiano pediu que importações continuem sem impedimentos

##### **Por Redação**

O primeiro-ministro da Austrália, Anthony Albanese, pediu à China que importe minério de ferro australiano sem impedimentos, após relatos na mídia nesta quarta-feira, 1º, de que a China Mineral Resources Group, comprador estatal chinês da commodity, havia instruído siderúrgicas e comerciantes a suspender temporariamente as compras da gigante global de mineração BHP.

A ação da China Mineral Resources Group contra a maior mineradora do mundo, sediada em Melbourne, agrava o impasse nas negociações contratuais, segundo relatos da mídia. Albanese disse estar “preocupado” com os relatos sobre a interrupção da exportação mais lucrativa da Austrália.

“Quero que o minério de ferro australiano possa ser exportado para a China sem impedimentos. Isso é importante. Isso contribui significativamente para a economia da China, mas também para a da Austrália”, disse Albanese a repórteres.

“Essas medidas são sempre decepcionantes. Mas esperemos, certamente, que sejam de curto prazo. Às vezes, quando as pessoas estão negociando preços, às vezes essas coisas acontecem. Mas quero ver isso resolvido rapidamente”, acrescentou Albanese.

A China Mineral Resources Group solicitou esta semana aos compradores nacionais que suspendessem as compras de qualquer carga marítima denominada em dólares da BHP, disseram pessoas familiarizadas com o assunto à Bloomberg, pedindo para não serem identificadas porque estavam discutindo deliberações privadas.

Isso significa que novos acordos não podem ser assinados, inclusive para cargas que já saíram da Austrália, onde estão localizadas as minas da BHP.

A empresa chinesa, criada por Pequim para reforçar a influência do país no comércio global de minério de ferro, não respondeu imediatamente nesta quarta-feira a um pedido de comentário da Associated Press. A BHP disse à AP que a empresa não comenta sobre negociações comerciais.



**Prédio da BHP em Perth, Austrália, em dezembro de 2024 Foto: Richard Wainwright/AAP Image via AP**

### **Austrália: relatos “preocupantes”**

O tesoureiro da Austrália, Jim Chalmers, disse que marcaria uma reunião com o presidente-executivo da BHP, Mike Henry, para discutir o comércio com a China.

“Vi esses relatos, são preocupantes. Em última análise, porém, eles tratam de acordos comerciais entre duas empresas e, portanto, em certo sentido, são uma

questão para a empresa resolver”, disse Chalmers a repórteres.

“Este é um governo que defende os interesses da Austrália no cenário mundial, com nossos principais parceiros comerciais. Podem esperar que isso aconteça novamente. Trabalharemos nessas questões com calma e cuidado, defendendo os trabalhadores, as empresas e os investidores do nosso país”, acrescentou Chalmers.

A China suspendeu uma série de barreiras comerciais oficiais e não oficiais desde que o governo de Albanese foi eleito pela primeira vez em 2022, que custavam aos exportadores australianos até US\$ 13 bilhões por ano. Mas o minério de ferro australiano havia sido poupado das barreiras comerciais anteriores devido à sua importância para as siderúrgicas chinesas.

Todas as minas de minério de ferro da Austrália estão no Estado da Austrália Ocidental. O premiê da Austrália Ocidental, Roger Cook, disse que a China estava se envolvendo em “jogos estratégicos” com a BHP para “obter o melhor preço possível”.

Cook disse ter sido informado pelo presidente de ativos de minério de ferro da BHP na Austrália Ocidental, Tim Day, que “as negociações estão difíceis”.

“Elas estão sujeitas a uma certa dose de jogo estratégico, por falta de uma descrição melhor. Mas estou confiante de que chegarão a um acordo”, disse Cook a repórteres.

Kaan Peker, analista de mineração e metais da empresa de serviços financeiros RBC Capital Markets, com sede em Sydney, disse que a China não poderia parar de comprar minério da BHP sem tomar “medidas drásticas para reduzir a produção de aço”.

As outras grandes mineradoras de minério de ferro do mundo — a brasileira Vale, a australiana Fortescue e a Rio Tinto, listada em duas bolsas, com sedes em Londres e Melbourne — estavam “todas produzindo o máximo que podiam”, disse Peker.

“Não é como se houvesse excesso de capacidade à espera”, disse Peker. “Parece mais uma tática de negociação. Possivelmente uma tentativa de garantir preços mais baixos”, acrescentou. / AP

**Fonte: O Estado de São Paulo - SP**

**Data: 01/10/2025**

## GOVERNO CRIA GRUPO DE TRABALHO PARA REGULAMENTAR EÓLICA EM ALTO-MAR NO BRASIL

Iniciativa contará com a participação de 23 instituições; representantes do setor produtivo e da sociedade civil também poderão ser convidados

**Por Luciana Collet (Broadcast)**

O governo federal definiu a criação de um grupo de trabalho (GT) para estudar e propor medidas necessárias para a regulamentação da Lei das Eólicas Offshore. A iniciativa, aprovada hoje pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), será coordenada pelo Ministério de Minas e Energia (MME) e contará com a participação de 23 instituições. Representantes do setor produtivo e da sociedade civil também poderão ser convidados.

Entre os pontos que deverão ser abordados pelo GT estão a definição locacional prévia, as regras para solicitação de Declaração de Interferência Prévia (DIP), critérios de qualificação técnica e econômico-financeira, além de sanções aplicáveis em caso de descumprimento de obrigações.

Estão previstas entregas em etapas, incluindo estudos técnicos sobre coexistência entre a energia eólica offshore e atividades de pesca, segurança na navegação, necessidades portuárias, bem como propostas de digitalização de processos e a criação de um Portal Único de Gestão de Áreas Offshore.



***Ibama analisa atualmente 104 pedidos de licenciamento ambiental de projetos de eólicas offshore Foto: Andrei Netto/Estadão***

Segundo o MME, o potencial brasileiro para geração eólica offshore supera os 1.200 gigawatts (GW), distribuídos pelas regiões Nordeste, Sudeste e Sul. Considerando áreas da costa com até 50 metros de profundidade e ventos a 100 metros de altura, estudos apontaram a existência de 697 GW de capacidade aproveitável.

Atualmente, tramitam no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) 104 pedidos de licenciamento ambiental de projetos de eólicas offshore, que somam 247,3 GW em análise.

O MME estima que o desenvolvimento de eólicas offshore no País poderá gerar até 516 mil empregos em tempo integral até 2050 e adicionar cerca de R\$ 902 bilhões ao Produto Interno Bruto (PIB) no mesmo período. Os custos projetados para usinas com fundações fixas variam entre US\$ 52 e US\$ 64 por megawatt-hora, o que, na avaliação da Pasta, demonstraria competitividade em relação a outras fontes renováveis.

**Fonte: O Estado de São Paulo - SP**

**Data: 01/10/2025**

## **BNDES CRIA LINHA DE CRÉDITO PARA RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS DE PRODUTORES RURAIS**

Medida provisória libera até R\$ 12 bilhões do Tesouro para subvenção da linha subsidiada com taxas de juros controladas; início do programa depende de transferência de recursos

**Por Isadora Duarte (Broadcast)**

RIO - O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) criou uma linha de crédito para renegociação de dívidas rurais de produtores e cooperativas agropecuárias afetados por eventos climáticos adversos no âmbito da medida provisória 1.314/2025. O Programa BNDES Liquidação de Dívidas Rurais para atender às renegociações das dívidas rurais foi comunicado pelo banco de fomento em circular aos agentes financeiros controlados publicada na terça-feira, 30.

A MP libera até R\$ 12 bilhões em recursos do Tesouro para subvenção da linha de crédito subsidiada com taxas de juros controladas. A linha será operada pelo BNDES que poderá repassar os recursos diretamente aos produtores e cooperativas ou por meio dos agentes credenciados.

Entretanto, apesar da criação do programa, a renegociação das dívidas rurais ainda não está autorizada porque o banco aguarda a transferência de recursos pela União Federal. Na circular, o BNDES informa que a data de vigência do programa de liquidação será divulgada futuramente, "condicionada à disponibilização pela União Federal dos recursos ao BNDES".



**Programa do BNDES visa a concessão de crédito específico para produtores rurais prejudicados por eventos climáticos de caráter extraordinário** Foto: André Telles/Estadão

O programa visa a concessão de crédito específico para produtores rurais prejudicados por eventos climáticos de caráter extraordinário, contemplando a liquidação total ou parcial de obrigações financeiras vinculadas a atividades agropecuárias, prevê a normativa do BNDES. As condições para acesso à linha de crédito são as já previstas na MP e

regulamentadas pelo Conselho Monetário Nacional na resolução 5.247/2025.

Para acessar o recurso, produtores, cooperativas e associação terão de estar localizados em municípios que decretaram calamidade pública ou situação de emergência em virtude de eventos climáticos adversos pelo menos duas vezes entre 2020 e 2024 com reconhecimento pelo governo federal e tenham registrado duas perdas de pelo menos 20% do rendimento médio da produção. Produtores deverão comprovar perda em duas ou mais safras entre 1º de julho de 2020 e 30 de junho de 2025 em virtude dos eventos climáticos adversos, com perda de no mínimo 30% da produção das atividades financiadas e dificuldades no fluxo de caixa.

Os pedidos de financiamento, quando liberados, deverão ser protocolados pelos agentes financeiros credenciados no BNDES até 6 de fevereiro de 2026. As operações deverão ser contratadas junto aos clientes finais até 10 de fevereiro de 2026. O BNDES terá remuneração (spread) de 1% ao ano para operação da linha. Pelo menos 40% dos recursos terão que ser destinados a pequenos e médios produtores.

Parcelas ou operações de crédito rural de custeio ou de investimento e de captações por meio de Cédula de Produto Rural (CPR) registradas e emitidas em favor de instituições financeiras, originalmente contratadas ou emitidas até 30 de junho de 2024, que estavam em situação de adimplência em 30 de junho de 2024, em inadimplência em 5 de setembro de 2025 poderão ser liquidadas pela linha de crédito. A renegociação abrangerá também parcelas que tenham sido renegociadas ou prorrogadas com vencimento entre 5 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2027 e estejam em situação de adimplência.



A linha terá prazo de pagamento de até nove anos com um ano de carência. As taxas de juros variam de 6% ao ano a 10% ao ano, conforme o porte do produtor. Pequenos produtores poderão acessar até R\$ 250 mil por beneficiário, no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Produtores enquadrados no Programa de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp) poderão acessar até R\$ 1,5 milhão por beneficiário. Demais produtores poderão acessar até R\$ 3 milhões por beneficiário.

A escolha das garantias para a linha de crédito será de livre acordo entre os clientes finais e os agentes financeiros credenciados. Produtores também poderão contratar operações junto aos agentes financeiros credenciados do BNDES para liquidação de dívidas relativas a operações originalmente contratadas com recursos controlados ou livres de outras instituições financeiras, além daquelas com fonte do BNDES/Finame.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*

*Data: 01/10/2025*

### **PETROBRAS E ELEA FECHAM CONTRATO DE R\$ 2,3 BI PARA USO DE DATA CENTER EM SÃO BERNARDO DO CAMPO**

Estrutura irá hospedar supercomputadores da petroleira; equipamentos vão processar dados científicos das áreas de exploração, pesquisa e reservatório

***Por Circe Bonatelli (Broadcast)***

A Petrobras e a Elea fecharam um contrato no valor de R\$ 2,3 bilhões envolvendo um data center de grande porte. O empreendimento ficará no complexo da Elea em São Bernardo do Campo (SP), com 30 megavolt-ampères (MVA) de capacidade.

A estrutura será usada pela Petrobras para hospedar supercomputadores e processar dados científicos das áreas de exploração, pesquisa e reservatório. O local também atenderá cargas de trabalho de inteligência artificial.

A Elea classificou o negócio como “a maior iniciativa de infraestrutura de TI já concedida até hoje por uma empresa latino-americana”. A duração do contrato será de 17 anos e foi fechado por meio de licitação pública.

“A conquista do contrato com a Petrobras é um marco importante e reforça nosso compromisso de liderar tecnologicamente o setor”, afirmou o chairman e fundador da Elea, Alessandro Lombardi. Desde 2024, a companhia vem se posicionando no segmento de infraestrutura digital dedicada à inteligência artificial.

O edital exigiu ainda que a energia consumida fosse oriunda de fontes renováveis. Assim, o data center adotará resfriamento com reúso de água, além de protocolos para aumento da eficiência energética.

A conquista do contrato com a Petrobras ocorre concomitante a outros projetos de larga escala da Elea, como o Rio AI City, um hub de data centers voltado para a próxima geração de cargas de trabalho em IA e nuvem. Com uma capacidade projetada para até 3,2 GW, a Rio AI City está sendo desenvolvida na região do Parque Olímpico, Rio de Janeiro.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*

*Data: 01/10/2025*

### **MASTER IMOBILIÁRIO: NO SUL, COMPLEXOS GANHAM DESTAQUE POR OFERTAR ESTRUTURA URBANÍSTICA NO LITORAL**

Enquanto um aposta em condomínio clube, outro investe em bairro planejado com certificação internacional

### **Por Márcia Rodrigues**

Dois empreendimentos do Sul do Brasil que incorporaram soluções sustentáveis com foco na qualidade de vida dos moradores foram reconhecidos pelo Master Imobiliário 2025.

O Costero Condomínio Clube, em Rio Grande (RS), construído pela Z3 Administração e Participações em parceria com a Australis, recebeu o prêmio de Oportunidade Estratégica. O Vivapark Porto Belo, em Santa Catarina, assinado pela Vokkan, venceu na categoria Empreendimento por Desenvolvimento Urbano. Juntos, os projetos somam mais de 1,3 milhão de m<sup>2</sup> com moradia, comércio, lazer e serviços.

O Costero é um condomínio fechado de lotes de alto padrão, com infraestrutura de clube. Localizado na praia do Cassino, considerada a maior do mundo pelo Guinness World Records, ocupa 330 mil m<sup>2</sup>, sendo 52 mil m<sup>2</sup> de lagos artificiais.

O projeto inclui quadras esportivas, academia, salão de festas, piscinas, espaço gourmet, restaurante, lojas e área para feiras e food trucks.



**O Costero, condomínio fechado de alto padrão na praia do Cassino, em Rio Grande, possui 52 mil metros quadrados de lagos artificiais Foto: Z3 e Australis/Divulgação**

Segundo Carlos Eduardo Silveira, sócio-fundador da Australis Participações, a inspiração veio dos “barrios cerrados” no Nordelta, em Buenos Aires, na Argentina.

A sustentabilidade foi um dos pilares, reforçado pelos alagamentos que atingiram o Estado em 2024. O condomínio tem sistema de drenagem com seis lagos e cisternas em todas as casas para captação de água da chuva.

A resposta do mercado foi rápida: em 60 dias, 95% dos 469 lotes, projetados para atender 1.876 pessoas, foram vendidos. Apenas 20 ainda estão disponíveis para comercialização, com valor médio de R\$ 900 por m<sup>2</sup>.

As obras começaram em janeiro, e a conclusão está prevista para 2028. O público-alvo são moradores de Rio Grande e de cidades próximas, como Pelotas e Bagé.

O Vivapark Porto Belo é um bairro parque que une urbanismo e preservação do meio ambiente, segundo a Vokkan.

“Viajamos o mundo em busca de referências. Desde o início, tivemos a participação direta do (escritório) Jaime Lerner, que trouxe uma leitura ambiental para o projeto”, diz o diretor da Vokkan, Roderjan Volaco. Mundialmente conceituado, Lerner morreu em 2021.

Com 990 mil m<sup>2</sup> e investimento de mais de R\$ 6 bilhões, o empreendimento reúne áreas residenciais, comerciais e parques. Entre os diferenciais estão infraestrutura para veículos elétricos e gestão hídrica. O projeto tem certificação LEED for Communities: Plan & Design, nível platinum.

As soluções urbanísticas incluem 230 mil m<sup>2</sup> de áreas verdes preservadas, espaços públicos abertos e sistemas de monitoramento. Lagos multifuncionais foram criados para reter a água da chuva.

Desde 2023, os terrenos residenciais já registraram valorização de 181%, e os primeiros edifícios lançados superaram 119%, segundo Volaco.

O bairro, que abriga cerca de 30 mil moradores, foi inaugurado em outubro de 2023 e três prédios residenciais foram lançados, com valorização de 119,74%. O quarto está em finalização e tem mais de 86% das unidades vendidas e valorização de 68%.

Em julho do ano passado, o projeto atingiu R\$ 1 bilhão em vendas. “O projeto integrou residências, comércio, áreas verdes e serviços. O comércio, em formato de open shopping, reúne gastronomia, cultura e conveniência e há infraestrutura de saúde e escola. A preservação ambiental é o elo de todo o projeto”, afirma Volaco.

**Fonte: O Estado de São Paulo - SP**

**Data: 01/10/2025**



### VALOR ECONÔMICO (SP)

## TRUMP E DEMOCRATAS TRAVAM BATALHA DE NARRATIVAS APÓS PARALISAÇÃO DO GOVERNO

Impasse já se configura como um atoleiro político para todos os envolvidos, que acusam os adversários de serem responsáveis pelo 'shutdown'

**Por Bloomberg**



**Trump e democratas lutam para sair por cima em paralisação do governo — Foto: Alex Brandon/AP**

Passadas apenas algumas horas da paralisação ("shutdown") do governo dos Estados Unidos, o impasse já se configura como um atoleiro político para todos os envolvidos.

O presidente americano, Donald Trump, atribuiu alegremente a culpa aos democratas "malucos", na esperança de que as consequências políticas recaiam sobre eles. O presidente, contudo, poderia deparar-se

com reações negativas à sua liderança tumultuada.

Os democratas, por sua vez, estão desesperados para mostrar a seus eleitores que eles têm a coragem de enfrentar o presidente republicano e suas políticas, embora corram o risco de ter dificuldades para se manter unidos e para fazer com que sua mensagem prevaleça em um cenário dominado por Trump.

As políticas governamentais estão no cerne desta luta orçamentária, uma vez que os dois partidos tentam definir suas prioridades antes das eleições de meio de mandato de 2026. O impacto, contudo, poderia ser sentido antes. O governo Trump traçou planos para avançar em seu objetivo de reduzir a burocracia federal, aproveitando para realizar demissões em massa de servidores públicos, mais além das tradicionais suspensões temporárias de uma paralisação.

Desta vez, a paralisação também marca uma inversão de papéis para os dois partidos. Os republicanos querem uma extensão incondicional do financiamento de curto prazo, depois de terem tentado ganhar concessões políticas em inúmeras ocasiões no passado usando a ameaça de paralisação como moeda de troca. Agora, são os democratas que fazem as exigências políticas.

Os líderes democratas Chuck Schumer e Hakeem Jeffries vêm retratando a disputa como um confronto sobre a cobertura de saúde. O desafio deles é manter o partido unido em torno da



estratégia; os republicanos precisariam de apenas oito votos democratas para encerrar o debate e aprovar uma lei de financiamento. Na votação na terça-feira, antes do início da paralisação, três desertaram.

Trump e os republicanos rotularam seus oponentes de irresponsáveis "tomadores de reféns". No entanto, Trump poderia ser impactado, se cumprir a ameaça de demissões em grande escala. Do Salão Oval, ele reforçou a aposta nessa mensagem na terça-feira, ao declarar: "Muitas coisas boas podem vir das paralisações, podemos nos livrar de muitas coisas que não queríamos e que seriam coisas dos democratas."

Marc Short, que trabalhou no primeiro governo Trump, argumentou que são os democratas os que estão provocando a paralisação, mas disse que Trump pode perder sua vantagem política se não for cuidadoso. "Acho que eles têm a vantagem, mas a questão é se Trump vai deixar isso se desenrolar ou vai se intrometer nisso", disse.

Os riscos ficaram claros após a reunião de Trump com os líderes democratas na segunda-feira, quando o presidente publicou um vídeo grosseiro gerado por IA mostrando Jeffries, de "sombbrero" e bigode, enquanto Schumer fazia um discurso falso dizendo: "Se dermos assistência médica a todos esses imigrantes ilegais, talvez consigamos tê-los do nosso lado para que votem em nós".

Jeffries denunciou o vídeo como "racista e falso" e publicou uma foto de Trump ao lado do falecido financista condenado Jeffrey Epstein, escrevendo: "isto é real"

A primeira paralisação em sete anos — a primeira desde o mandato anterior de Trump — chega na esteira de um período turbulento em Washington, mesmo para os padrões desta Casa Branca.

Trump aprofundou suas ameaças tarifárias, pressionou o Departamento de Justiça a indiciar um inimigo político de longa data e fez discursos sombrios e carregados de ressentimento na Organização das Nações Unidas (ONU) e diante de uma enorme congregação de líderes militares.

A estrategista democrata Karen Finney argumentou que muitos eleitores estão ansiosos para ver uma reação contra Trump e suas políticas.

"Sejam os documentos de Epstein, as tarifas, a inflação ou os custos, ele está em baixa em todas as questões", disse Finney. "Os democratas têm a oportunidade de usar isso como parte de uma narrativa sobre sua liderança fracassada."

A principal exigência dos líderes democratas em troca de seu aval a um pacote orçamentário é a inclusão de disposições sobre assistência médica ausentes na proposta republicana: uma extensão dos subsídios da Lei de Assistência Médica Acessível que expiram no fim do ano e a reversão dos cortes no programa de saúde para a população de baixa renda Medicaid aprovados em 2025. Eles também insistem em impor limites à capacidade de Trump de recusar o uso de dinheiro já liberado pelo Congresso.

É um conjunto amplo de questões que não pode ser transformado facilmente em um slogan político. "O maior risco para os democratas é que eles não mantenham a coesão e não ofereçam uma mensagem unificada e uma crítica clara sobre o que realmente está ocorrendo" disse Finney.

A Casa Branca destacou que retrataria a paralisação como resultado da pressão dos democratas por uma agenda "rejeitada pelo povo americano há menos de um ano nas urnas".

"O governo Trump quer uma RC [resolução de continuidade, para estender a lei orçamentária] simples e direta para continuar financiando o governo — exatamente a mesma proposta que os democratas apoiaram há apenas 6 meses, 13 vezes sob o governo Biden", disse a porta-voz da Casa Branca, Abigail Jackson.



"Mas os democratas radicais estão paralisando o governo porque querem uma lista de desejos com exigências de quase US\$ 1,5 trilhão, incluindo assistência médica gratuita para imigrantes ilegais."

O estrategista republicano David Polyansky disse que os líderes republicanos no Senado encurralaram os democratas ao convocar votações sobre a proposta na Câmara dos Deputados para financiar o governo, que não foi aprovada.

"Vai parecer como se eles estivessem sendo jogados no chão por sua [própria] base", disse ele sobre os democratas.

### **Receios com as pesquisas**

Uma pesquisa do "The New York Times/Siena University" divulgada na terça-feira mostrou que 26% dos eleitores registrados culpariam os republicanos pela paralisação, em comparação com 19% que culpariam os democratas. Mas 33% culpariam os dois lados por igual, o que coloca em evidência o risco para todos os envolvidos.

Se houver um impacto econômico claro, isso também pode alimentar a frustração pública. As ações recuaram na terça-feira, com os operadores preocupados com o atraso na divulgação de dados econômicos diante da paralisação do governo. Alguns especialistas manifestaram receio de que a limitação de dados possa obscurecer a perspectiva de novos cortes nas taxas de juros.

Durante o primeiro mandato de Trump, o governo enfrentou duas paralisações, mais notavelmente quando o presidente provocou uma interrupção no financiamento no fim de 2018 ao exigir dinheiro para seu muro na fronteira. Após cinco semanas, com sua aprovação em queda livre e a pressão aumentando pelos salários não pagos e serviços atrasados, ele recuou com pouco para mostrar como vitória.

"Ele queria uma paralisação achando que seria uma vitória política. Acho que ele aprendeu que não é assim", disse Short. "Acho que ele tem se mostrado mais disciplinado até agora, mas será que vai continuar assim?"

As pesquisas mostram que, após um verão americano caótico, os números de Trump teimam em continuar baixos. A pesquisa do "The New York Times/Siena University" revelou que 43% dos eleitores aprovam o trabalho que ele está fazendo, contra 54% que desaprovam.

Os democratas parecem ter uma ligeira vantagem com os eleitores, a pouco mais de um ano das eleições de 2026. A pesquisa mostrou que 47% dos eleitores registrados apoiariam um candidato democrata genérico, contra 45% para um republicano genérico.

### **"Todos perdem"**

As eleições de meio de mandato também tendem a favorecer o partido fora do poder, o que poderia beneficiar os democratas, embora Trump esteja promovendo esforços de reconfiguração dos distritos em todo o país para obter um mapa eleitoral mais favorável aos republicanos.

À medida que a paralisação se aproximava, Trump pouco fez para diminuir a temperatura. Ele não se reuniu com os democratas até segunda-feira e mostrou pouco interesse em negociação.

A retórica provavelmente só vai piorar à medida que a disputa orçamentária se desenrolar e a indignação pública aumentar.

"Todo mundo perde numa paralisação. O povo americano perde numa paralisação", disse o deputado Dusty Johnson, republicano da Dakota do Sul, na terça-feira na rede de TV americana MSNBC. "[As paralisações] são estúpidas, não fazem sentido algum."

**Fonte: Valor Econômico - SP**

**Data: 01/10/2025**

### FORÇA NACIONAL VAI APOIAR AÇÕES DA FUNAI NO PARÁ E MATO GROSSO

Decisão consta de portarias do ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, publicadas nesta quarta-feira no Diário Oficial da União.

**Por Valor — Brasília**



— Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

A Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) vai apoiar, por 90 dias, ações da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) nos municípios de Tailândia, Tomé-Açu e Acará, no Estado do Pará.

Além disso, a atuação da FNSP para auxiliar ações da Funai na Terra Indígena Sararé, no Estado de Mato Grosso, foi prorrogada por 90 dias.

O emprego da Força Nacional ocorrerá em articulação com os órgãos de segurança pública do Estado do Pará, sob a coordenação da Polícia Federal, no escopo do Plano Amazônia: Segurança e Soberania - Plano Amas.

A decisão consta de portarias do ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, publicadas nesta quarta-feira (1º) no Diário Oficial da União.

**Fonte: Valor Econômico - SP**

**Data: 01/10/2025**

### CNPE DEFINE ÍNDICES MÍNIMOS DE CONTEÚDO LOCAL PARA EMBARCAÇÕES DE APOIO MARÍTIMO

De acordo com a decisão, a embarcação terá de alcançar, no mínimo, 60% de conteúdo local global

**Por Giordanna Neves, Valor — Brasília**



— Foto: Divulgação/Ipiranga

O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) aprovou nesta quarta-feira (1º) uma resolução que fixa índices mínimos de conteúdo local para embarcações de apoio marítimo fabricadas no Brasil.

De acordo com a decisão, a embarcação terá de alcançar, no mínimo, 60% de conteúdo local global. Além disso, será obrigatório atingir ao menos 50% em dois dos três grupos de investimentos: engenharia; máquinas, equipamentos e materiais; e construção e montagem.

A resolução prevê exceções para embarcações consideradas inovadoras, como as com motorização híbrida plug-in ou com tecnologias sustentáveis equivalentes. Nesses casos, o índice mínimo global será de 50%, e de 40% em pelo menos dois dos três grupos de investimentos.

A fiscalização ficará a cargo da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), que será responsável por medir os percentuais de conteúdo local e garantir transparência e previsibilidade no processo. Os resultados serão repassados ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC).

Atualmente, o Brasil possui 19 estaleiros de grande porte, localizados tanto no litoral quanto no leito do rio Amazonas.

“Estamos garantindo que os investimentos feitos no setor se traduzam em geração de empregos, fortalecimento da nossa cadeia produtiva e avanço tecnológico. Trata-se de um passo estratégico para estimular a inovação e garantir que o país esteja preparado para atender não apenas às demandas atuais, mas também aos desafios futuros da transição energética e da sustentabilidade”, destacou o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, em nota à imprensa.

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data: 01/10/2025*

## BRASIL E CHINA: OS DOIS GIGANTES QUE PODEM SALVAR – OU TRAVAR – A TRANSIÇÃO VERDE

Neste artigo, Ricardo Assumpção, da EY, comenta sobre a potência industrial que fabrica o futuro e a potência natural que guarda o planeta. Para ele, juntos, China e Brasil podem ditar os rumos da economia de baixo carbono

*Por Ricardo Assumpção, Para o Prática ESG (\*) — Nova York, EUA*



**Ricardo Assumpção é sócio-líder de Sustentabilidade e CSO LATAM da EY — Foto: EY/ Divulgação**

A agenda climática global teve grandes avanços desde a COP21, em Paris, onde as partes se comprometeram a limitar o aquecimento global e anunciaram metas de descarbonização agressivas. Dez anos depois, está claro que apenas promessas não bastam. É preciso transformar compromissos e discursos em ação, e suportada por políticas públicas consistentes. É exatamente isso que estará em jogo na COP30, em Belém.

O Brasil, anfitrião da próxima COP, ocupa posição única. É o país que apresenta a matriz energética mais limpa do G20. Quase 50% da energia consumida vem de fontes renováveis, contra uma média global de apenas 15%. No setor elétrico, o índice brasileiro chega a 88%, sustentado por hidrelétricas, energia solar e eólica. Ao mesmo tempo, o país é guardião da maior floresta tropical do planeta, a Amazônia, além de biomas como o Cerrado e o Pantanal, que concentram uma parte relevante da biodiversidade global. O Brasil também possui 12% da água doce superficial mundial, um recurso estratégico tanto para energia e agricultura, quanto para resiliência climática.

Esses fatores fazem do Brasil uma verdadeira potência verde natural. Diferentemente de países que precisam reconstruir suas matrizes energéticas baseadas em fósseis, o Brasil parte de uma posição de vantagem. O desafio é transformar essa abundância em liderança tecnológica e industrial. Hoje, o país continua exportando commodities agrícolas, minerais e fósseis, mas importa painéis solares, baterias e turbinas — justamente as tecnologias que são cruciais à transição energética.

A China, que apresentou suas novas NDCs na Climate Week de Nova York, decepcionou o mercado com metas abaixo do esperado e poucas ambiciosas. Por outro lado, construiu na última década uma supremacia industrial sem precedentes em tecnologias verdes. Controla mais de 80% de toda a cadeia solar global, domina cerca de 75% da produção de baterias de íon-lítio e responde por mais de 60% da fabricação de turbinas eólicas. Por conta da escala chinesa, os preços de painéis solares, baterias e equipamentos despencaram na última década, permitindo sua adoção em massa em diversos países. A China é hoje a maior potência verde industrial, capaz de oferecer tecnologia em escala. Mas sua posição dominante, claro, também oferece riscos.

A China ainda depende em grande parte do carvão para sustentar sua economia interna, o que contradiz o papel de líder climático. Além disso, a forma como alcançou essa liderança desperta preocupações, com muitos de seus programas recebendo subsídios pouco transparentes que podem criar assimetrias no mercado internacional. A produção em larga escala está associada a impactos ambientais locais, como poluição do ar e da água, e a problemas trabalhistas em regiões de menor regulação. Há ainda a questão da governança: o acesso a dados confiáveis sobre emissões,



intensidade de carbono e rastreabilidade de insumos é limitado, o que gera pouca confiança nos números.

Outro risco é a dependência excessiva de alguns países, que baseiam sua transição energética em produtos chineses. Eles podem se tornar vulneráveis a choques geopolíticos, tarifas, ou decisões unilaterais de Pequim. Essa concentração também inibe a diversificação de cadeias globais, aumentando o risco de gargalos estratégicos.

Enquanto a China fabrica, o Brasil guarda. Apesar das distorções, a complementaridade entre os dois países pode ser transformada em oportunidade, desde que conduzida com cautela. A geopolítica atual gerou imposição de tarifas sobre produtos chineses e esse movimento abre uma janela para o Brasil. Para a China, o país é um mercado estratégico sem barreiras significativas e porta de entrada para a América Latina. Para o Brasil, a relação pode significar acesso a tecnologias de ponta a preços mais competitivos, além da possibilidade de atrair fábricas chinesas para o território nacional, gerando empregos e integrando-se a cadeias globais de valor. Mas é fundamental que essa aproximação resulte em uma parceria equilibrada, com transferência de conhecimento e desenvolvimento industrial local.

O papel brasileiro não se limita a hospedar a COP30. A conferência em Belém será determinante para reposicionar o país como líder global na agenda climática. Será uma oportunidade para demonstrar como os ativos naturais podem ser combinados para geração de valor futuro e apresentar a matriz limpa como modelo de transição, a biodiversidade como base para uma nova bioeconomia e a capacidade agrícola como vitrine de soluções de baixo carbono. Essa é a chance de o Brasil deixar de ser visto apenas como exportador de commodities e se afirmar como referência em desenvolvimento de tecnologias sustentáveis.

Exemplos desse potencial já estão à vista. A bioeconomia amazônica, baseada no uso sustentável da floresta em pé, que hoje representa 1,5% do PIB, pode triplicar de tamanho e movimentar bilhões de dólares em novos mercados de fármacos, alimentos e biotecnologia. A agricultura de baixo carbono pode ampliar a produtividade sem expandir a fronteira agrícola. A indústria de biocombustíveis tem espaço para se reinventar e atender setores como a aviação e o transporte pesado. E a transição para veículos híbridos e elétricos pode ser acelerada, tornando o Brasil hub regional de mobilidade limpa.

O desafio é conciliar essas oportunidades com contradições persistentes. O Brasil ainda é grande produtor de petróleo, com o pré-sal em expansão, e enfrenta pressões constantes de desmatamento ilegal. Essas tensões minam a credibilidade internacional do país. A COP30 oferecerá a oportunidade de mostrar que é possível virar a chave, integrando petróleo e agropecuária em uma estratégia clara de transição para um modelo mais sustentável e competitivo.

Nesse processo, a relação com a China pode ser decisiva, mas deve ser construída com atenção aos riscos. Como toda grande potência industrial, ela precisa de novos mercados para seus produtos e de parceiros para diversificar cadeias diante das tarifas comerciais recentes. O Brasil precisa de tecnologia acessível, investimentos e escala industrial. A equação só funcionará se houver transparência, diversificação e contrapartidas claras. Uma parceria estratégica pode consolidar um eixo verde do Sul Global, oferecendo alternativas ao modelo dominado por EUA e Europa, mas o Brasil deve se resguardar para não se tornar apenas consumidor passivo da tecnologia chinesa.

Os próximos dez anos serão decisivos. No cenário mais ambicioso, Brasil e China aprofundam a cooperação e constroem cadeias produtivas conjuntas, com fábricas instaladas em território brasileiro, bioeconomia e agro de baixo carbono ganhando escala global e o país consolidado como líder diplomático e fornecedor de soluções verdes. Num cenário intermediário, o Brasil mantém sua matriz limpa e a posição de guardião ambiental, mas continua dependente de importação tecnológica. No cenário mais adverso, a fragmentação geopolítica se acentua, forçando o Brasil a escolher lados e expondo sua vulnerabilidade diante da concentração chinesa.

O futuro dependerá da capacidade do Brasil de agir com visão estratégica. O país já tem as condições naturais e a legitimidade política de sediar a COP30, no coração da Amazônia. Falta transformar essas vantagens em projeto nacional de longo prazo, integrando políticas energética, industrial, agrícola e ambiental. O Brasil não pode se limitar a palco de debates. Precisa assumir o papel de ator principal.

Enquanto a China seguirá fabricando o futuro verde — ainda envolta em riscos de opacidade e contradições internas —, o Brasil tem a chance de que a natureza ofereça as soluções desse futuro. É um papel distinto, mas complementar. E é na junção dessas duas potências, desde que construída com equilíbrio e transparência, que pode nascer a verdadeira transformação da economia global. Se o Brasil mostrar ao mundo que é possível conciliar preservação ambiental, desenvolvimento sustentável e inclusão social, a COP30 marcará não apenas um ponto de virada para o país, mas para toda a transição climática na agenda de implementação.

### Sobre o autor

Ricardo Assumpção é sócio-líder de Sustentabilidade e CSO LATAM da EY. Possui especialização pela London Business School, no Reino Unido, e é autor de diversos artigos, estudos e white papers para organismos nacionais e internacionais sobre a criação de valor e inovação através da sustentabilidade. Fundador de 3 empresas de impacto especializados para integrar ESG e ciências na estratégia de empresas e no processo de decisões corporativas, de forma a conciliar interesses de investidores, acionistas e stakeholders. É pesquisador associado ao Centro de Infraestrutura e Soluções Ambientais da Fundação Getúlio Vargas, FGV-EASP. Produtor executivo do premiado documentário Amazônia 4.0: The Reset Begins. Foi eleito TOPVOICES LinkedIn de sustentabilidade em 2021.

(\*) Este artigo reflete a opinião do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso destas informações.

Fonte: *Valor Econômico - SP*

Data: 01/10/2025

## GERDAU PROJETA CRESCIMENTO MODERADO NO BRASIL EM 2026 E VÊ OPORTUNIDADE COM QUEDA DAS IMPORTAÇÕES NOS EUA

Segundo o comando, diferentes segmentos da economia devem apresentar comportamentos distintos, influenciando diretamente a demanda por aço

**Por Robson Rodrigues, Valor — São Paulo**



**Gerdau — Foto: Washington Alves**

A Gerdau prevê um crescimento moderado de suas operações no Brasil, em 2026. A avaliação foi feita por Maurício Metz, vice-presidente da Gerdau Aços Brasil, durante o Gerdau Day, evento realizado nesta quarta-feira (1), em São Paulo. O executivo destacou que diferentes segmentos da economia devem apresentar comportamentos distintos, influenciando diretamente a demanda por aço.

Segundo Metz, a construção civil, tradicionalmente um setor resiliente, deve registrar apenas uma leve expansão no próximo ano. O avanço mais tímido está associado ao cenário de juros elevados, que encarece o crédito e dificulta o financiamento de novos projetos habitacionais e de infraestrutura.

No caso do agronegócio, a Gerdau enxerga uma perspectiva positiva, porém dentro da normalidade. Metz frisou que a expectativa é de crescimento, mas sem resultados surpreendentes que possam impulsionar significativamente o consumo de aço no setor.

O executivo apontou que o setor automotivo ainda é uma incógnita para 2026. A entrada crescente de produtos importados principalmente da China preocupa a companhia, especialmente porque impacta a cadeia de suprimentos nacional. Hoje, cerca de 20% do mercado de autopeças são importados e um quinto desse volume é destinado aos EUA, o que pode reduzir o consumo interno de aço.

### Tarifas de Donald Trump

Metz também comentou os efeitos do tarifaço imposto pelos Estados Unidos ao aço importado. Ele destacou que a operação brasileira da Gerdau exporta pouco para a América do Norte, o que mitiga os impactos diretos sobre a companhia.

“Não temos os mesmos efeitos que outros ‘players’, mas nossos clientes sofrem, especialmente fabricantes de máquinas amarelas, o que pode indiretamente reduzir o consumo de aço”, disse.

O presidente da Gerdau Aços Longos na América do Norte, Chia Wang, disse que as recentes medidas de tarifação impostas pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, estão redesenhando o mercado de aço na região e abrindo oportunidades para a empresa, que tem operações locais.

Segundo ele, apenas o Reino Unido conseguiu, até agora, negociar a redução das tarifas impostas pelos EUA, o que restringe a entrada de produtos importados. A Gerdau vem se movimentando para aproveitar o cenário, com um reequilíbrio da presença operacional (footprint), a fim de minimizar remessas entre países, e ajustando seu mix de produtos no Canadá para assegurar alta utilização de ativos, priorizando o mercado doméstico.

Durante o Gerdau Day, o executivo destacou que houve um aumento de 60% nas cotações de pedidos de aços especiais (SBQ) no mercado norte-americano. Com a retração das importações, a empresa espera capturar novos negócios e reforçar sua presença em setores estratégicos. Wang citou especialmente a energia renovável, onde a demanda por aço está em crescimento nos EUA, e a Gerdau possui uma posição relevante.

Para Wang, a indústria siderúrgica norte-americana tem capacidade suficiente para absorver o declínio das importações. As novas capacidades instaladas estão concentradas em planos e vergalhões, segmentos onde a demanda permanece firme.

Fonte: *Valor Econômico - SP*

Data: 01/10/2025

# portosenavios

## PORTAL PORTOS E NAVIOS

### FERROPORT USA IA PARA MONITORAR QUALIDADE DO MINÉRIO EMBARCADO

Da Redação *Portos e logística* 01/10/2025 - 17:28



A Ferroport, operadora do terminal de minério de ferro no Porto do Açu, em São João da Barra, no norte do estado do Rio de Janeiro, anunciou nesta quarta-feira (1º) a adoção do Sistema de Detecção de Materiais Adversos por Inteligência Artificial (IA), projetado pela área de Planejamento e Controle de Produção (PCP) da empresa e desenvolvido em parceria com a SVA Tech.

O sistema, segundo a Ferroport, identifica materiais indesejados, inclusive pedras, chapas e detritos, no fluxo de carregamento das correias transportadoras até os

navios. Segundo a companhia, as imagens são captadas por câmeras e processadas por um modelo de IA.

A empresa informou que três câmeras foram instaladas nas saídas das chamadas casas de transferência e filmam o embarque do minério. Em caso de identificação de um material indesejado, o sistema emite alertas, inclusive sonoros.

Os equipamentos foram instalados em ambientes controlados, com segurança, fácil acesso e iluminação que garante captar imagens nítidas. O objetivo é ter mais controle do processo de embarque e garantir a qualidade do produto embarcado.

Segundo a Ferroport, nos testes para a adoção do monitoramento, houve 100% de acerto nas detecções. A empresa apresentará o sistema nesta quinta-feira (2), no evento Port Performance Summit Brasil 2025, em São Paulo.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 01/10/2025*

## **COSTA FILHO DEFENDE USO DO FMM PARA FERROVIAS QUE OPERAM NAS POLIGONAIS**

*Da Redação Portos e logística 01/10/2025 - 16:11*



O ministro de portos e aeroportos (MPor), Silvio Costa Filho, defendeu, nesta quarta-feira (1º), a possibilidade de uso de recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM) em projetos ferroviários que operem nas poligonais dos portos brasileiros. A declaração foi dada na abertura da 9ª edição do evento 'Brasil nos Trilhos', sobre transporte de cargas pelo modal ferroviário. Na ocasião, ele afirmou que o MPor está preparando uma proposta de modelo que inclua esses projetos para apresentar ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Costa Filho ressaltou que também é necessário uma autorização do Conselho Diretor do FMM, que é um órgão

colegiado, presidido pelo secretário de navegação do MPor.

Atualmente existe uma espécie de 'trava' para que os recursos do fundo setorial priorizados para projetos que não sejam do setor naval — setor portuário, por exemplo — não ultrapassem os 30%. “Hoje, 70% do Fundo da Marinha Mercante são para navegação e nós já assinamos quase R\$ 25 bilhões para navegação e R\$ 10 bilhões para o setor portuário. Mas o fundo tem recursos suficientes para também apoiar projetos de ferrovias que estão na poligonal de portos. Isso é uma forma de estimular as ferrovias que estão operando em portos brasileiros”, afirmou o ministro no evento.

Ele projetou a ampliação do escoamento da produção brasileira pelos portos, com investimentos em projetos de ferrovias que operam nas áreas geográficas portuárias. “Com as ferrovias elevando as operações portuárias, a gente vai crescer 30% o escoamento da produção brasileira”, afirmou. Costa Filho citou o investimento de R\$ 1,7 bilhão anunciado nesta semana no Amazonas, também com recursos do FMM, para a construção de 188 barcaças. Desde 2023, o FMM priorizou R\$ 70 bilhões do FMM para aplicação em projetos, volume três vezes maior que o aprovado no período entre 2019 e 2022.

Costa Filho defendeu a prioridade na utilização de recursos também para o setor hidroviário, que interligado a ferrovias e rodovias possa garantir uma logística integrada para o escoamento da produção brasileira. “Vamos fazer a primeira concessão de hidrovias, que é hidrovia do Paraguai, estratégica para o desenvolvimento da América do Sul”, afirmou. “Na hora que a gente tem a hidrovia, temos redução do custo logístico de 40%. E isso dialoga com a pauta sustentabilidade, já que a cada grupo de 10 barcaças, nós estamos falando em mil caminhões a menos nas nossas rodovias”, acrescentou.

### Portaria 424

A portaria 424/2024 do MPor estabeleceu que a prioridade de financiamento do FMM é a indústria naval, reforçando o que já estava previsto na Lei 10.893/2004. Na prática, a portaria garantiu um mínimo de 70% do orçamento anual do fundo setorial para a indústria naval e definiu uma 'trava' de, no máximo, 30% a serem destinados a projetos de infraestrutura aquaviária, que abarca o setor portuário e o desenvolvimento de hidrovias.

(Em atualização)

Fonte: *Portal Portos e Navios - RJ*

Data: 01/10/2025

### ULTRACARGO INAUGURA TERMINAL EM TOCANTINS

Da Redação *Portos e logística* 01/10/2025 - 16:12



A Ultracargo informou, na última terça-feira (30/09), que iniciou em setembro a operação, em Palmeirante (TO), de um novo terminal com capacidade de armazenagem de 23.000 metros cúbicos (m<sup>3</sup>) em 13 tanques, sendo 12 para receber combustíveis e biocombustíveis e um exclusivo para o sistema de combate a incêndio. Segundo a empresa, foram investidos R\$ 160 milhões na unidade, que é conectada por um desvio ferroviário de 1,6 quilômetros à malha da VLI e ao Porto do Itaqui (MA).

De acordo com a Ultracargo, entre as vantagens da localização do novo terminal e do uso da ferrovia está facilitar o escoamento de combustíveis e biocombustíveis para abastecer o setor agrícola, empresas e consumidores da região. Além disso, vai diminuir a dependência de rotas rodoviárias, oferecer operações de transporte mais estáveis e com menos emissão de gases de efeito estufa (GEE) por tonelada movimentada. E dar mais previsibilidade e mais competitividade ao transporte, especialmente em longas distâncias, porque os trens consomem menos combustíveis, precisam de menos transbordos e oferecem mais rapidez no carregamento.

O diretor comercial e de planejamento da Ultracargo, Raphael Nascimento, disse que o terminal representa para produtores e consumidores da região uma alternativa logística mais eficiente e competitiva, por causa do acesso facilitado ao modal ferroviário, e com custos menores. "Estamos falando de infraestrutura capaz de gerar valor real aos negócios, numa região onde os desafios de abastecimento ainda são significativos", disse.

De acordo com o executivo, o terminal vai garantir o fornecimento de diesel e biocombustíveis e contribuir para aumentar a produtividade das fazendas e cooperativas, além de favorecer o escoamento de insumos e produtos para o consumidor final. "Isso reduz custos operacionais", afirmou Nascimento.

Fonte: *Portal Portos e Navios - RJ*

Data: 01/10/2025

### PORTOS DO PARANÁ FAZ DRAGAGEM DE MANUTENÇÃO DO CANAL DE ANTONINA

Da Redação *Portos e logística* 30/09/2025 - 21:02



A Portos do Paraná, empresa que administra os portos paranaenses, informou que está sendo feita dragagem de manutenção para que fique em 9,5 metros a profundidade do Canal de Antonina e seja garantido o tráfego normal e seguro de embarcações até o Porto Ponta Félix. O canal de Antonina tem aproximadamente 14 quilômetros de extensão, ligando o terminal da Fospar, no Porto de Paranaguá, ao Porto Ponta do Félix, e o atual contrato de dragagem de manutenção tem vigência até setembro de 2026.

Segundo a autoridade portuária, o trabalho faz parte do contrato de manutenção mantido pela Portos do Paraná e respeita a janela ambiental, entre dezembro e março de cada ano. A operação, explicou a empresa, envolve diversos ciclos entre o trecho dragado e a área em alto-mar destinada ao despejo dos sedimentos retirados da via navegável.

No serviço, está sendo usada a draga Galileo Galilei, equipamento de grande porte com capacidade de cisterna para 18 mil metros cúbicos. O coordenador de batimetria e dragagem, Lucas Gonçalves, contou que a draga já foi usada em outras dragagens no porto e que as empresas contratadas têm conhecimento da área. “Os serviços anteriores foram muito efetivos”, ressaltou Gonçalves.

Ele informou que, pela programação, a dragagem será encerrada em 10 de outubro, “Estamos fazendo a campanha de dragagem de manutenção das áreas deltaicas, executada pelo Consórcio Itiberê, composto pelas empresas Van Oord e Jan de Nul”, disse.

De acordo com Gonçalves, no período, será realizado o nivelamento de fundo, etapa que auxilia na finalização da dragagem. “Depois, será feita a batimetria de pós-dragagem, para confirmar se as profundidades foram atingidas e calcular o volume dragado”, explicou.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*  
*Data: 30/09/2025*

## **AGENDA DO MPOR NO AMAZONAS TEM INAUGURAÇÃO DE IP4 E APRESENTAÇÃO DE PROJETO PARA PORTO DE EIRUNEPÉ**

*Da Redação Portos e logística 30/09/2025 - 20:35*



O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, inaugurou na última segunda-feira (29), em Elvira, no Amazonas, o novo porto da cidade. De acordo com o MPor, a obra foi executada pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), custou R\$ 37,6 milhões e beneficiará diretamente os 17,1 mil habitantes. Em região sem acesso rodoviário, Envira depende da navegação fluvial para transporte de passageiros, alimentos, medicamentos e bens essenciais.

Segundo o ministério, o novo terminal vai garantir embarque e desembarque seguros em períodos de cheia e de vazante, além de reduzir custos logísticos e melhorar o escoamento da produção agrícola e do pescado e o fornecimento de insumos básicos.

Em Eirunepé, cidade com cerca de 33 mil habitantes, foi apresentado projeto, em fase de licitação, de construção pelo DNIT de um IP4, com investimento de R\$ 2 milhões. O empreendimento é considerado essencial porque a cidade, cuja economia é baseada na agropecuária, depende integralmente dos rios para o transporte de bens e de passageiros.

Segundo Costa Filho, a construção e modernizações de IP4 visa, ao mesmo tempo, oferecer soluções logísticas para o transporte na região Amazônica e incentivar a indústria naval local. “Reafirmamos o compromisso do governo federal em garantir segurança, reduzir desigualdades e integrar os municípios do interior do Amazonas por meio da navegação interior”, afirmou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 30/09/2025

## ARTIGO - MARGEM EQUATORIAL: EXPLORAÇÃO DO PETRÓLEO É IMPERATIVO PARA O DESENVOLVIMENTO DO PAÍS

Por Pedro Souza Opinião 30/09/2025 - 20:23



A chamada Margem Equatorial, faixa marítima que se estende do Amapá ao Rio Grande do Norte, desponta como uma das principais apostas do Brasil para garantir a segurança energética e sustentar a economia nas próximas décadas. Considerada a nossa “nova fronteira exploratória”, a região reúne alto potencial de descobertas de petróleo e gás natural em águas profundas — recursos considerados estratégicos diante do declínio dos reservatórios do pré-sal.

Aguarda-se uma autorização do Ibama para o início das pesquisas. É mais do que justificável que as autoridades responsáveis pelo meio ambiente se preocupem com a preservação da região e exijam estudos detalhados dos impactos ambientais, garantindo que não ocorram acidentes que comprometam a preservação da fauna, flora, rios e lagoas. Entretanto, não dá para desconsiderar os imensos avanços tecnológicos da Petrobras, cuja exploração no território brasileiro é exitosa e quase sem incidentes.

Faz-se necessário pontuar que, no processo de transição energética em curso, petróleo e gás continuam exercendo um papel central na matriz energética nacional. Explorar de forma responsável novas fronteiras não significa retrocesso, mas sim garantir a reposição de reservas, enquanto o país amplia a participação das renováveis. A lógica é manter a produção doméstica em níveis que reduzam o risco de importação e, ao mesmo tempo, gerar recursos para financiar a descarbonização da economia.

A exploração na Margem Equatorial feita com responsabilidade é, assim, um movimento essencial para sustentar a cadeia de produção de petróleo e gás na próxima década. Além de manter empregos e investimentos no país, o avanço da busca pelo petróleo na região pode contribuir para financiar a expansão das fontes limpas de energia.

O projeto, no entanto, não tem avançado sem obstáculos. Vale lembrar que, em 2023, a Petrobras teve seu pedido de licença ambiental negado pelo Ibama, que apontou fragilidades no plano de resposta a emergências. Desde então, a companhia demonstrou ter aperfeiçoado seus estudos e investido em tecnologia, infraestrutura e capacitação técnica para mitigar riscos. Este ano conseguiu um avanço importante: o Plano de Prevenção e Atendimento a Incidentes em Fauna (PPAF) foi aprovado, e a empresa concluiu com sucesso a Avaliação Pré-Operacional (APO) — uma das etapas mais críticas do licenciamento ambiental.

Destaque-se, contudo que a autorização, se concedida, terá caráter simbólico, mas não automático. Cada operadora que quiser atuar na Margem Equatorial terá que passar pelo próprio processo de licenciamento, submetendo seus estudos técnicos e ambientais ao crivo do órgão regulador.

É certo que explorar áreas ambientalmente sensíveis implica em um planejamento rigoroso e altos investimentos. O risco de acidentes, ainda que baixo, exige protocolos robustos de prevenção e

resposta. Esses fatores encarecem os projetos, mas, o alto potencial de produção da Margem Equatorial, combinado com a experiência da Petrobras em águas ultraprofundas, fortalece a viabilidade econômica.

O Brasil tem know-how em operações complexas no mar e pode usar esse diferencial para reduzir riscos e maximizar resultados.

Conduzida de acordo com padrões técnicos e ambientais rígidos, a exploração da Margem Equatorial pode representar um divisor de águas para o país. Poderemos assegurar a manutenção da produção nacional de petróleo e gás, preservar a autonomia energética e, ao mesmo tempo, financiar o desenvolvimento de fontes renováveis. Equilibrar exploração e proteção ambiental não são escolhas excludentes.

Pedro Souza é líder de O&G da Consultoria Bip

Fonte: *Portal Portos e Navios - RJ*

Data: 30/09/2025

## ARTIGO - RODOCABOTAGEM GANHA ESPAÇO NA BUSCA POR EQUILÍBRIO NA MATRIZ DE TRANSPORTES

Por *Maurício Alvarenga* Opinião 30/09/2025 - 20:09



Historicamente, o transporte de cargas no Brasil consolidou-se sobre o modal rodoviário, que corresponde por mais de 60% da movimentação de mercadorias no território, segundo dados da Confederação Nacional do Transporte (CNT). Essa predominância, no entanto, passou a enfrentar pressões decorrentes do crescimento da produção industrial, da diversificação da pauta de exportações e da concentração populacional e econômica nas áreas litorâneas. Nesse contexto, surgiu a necessidade de adotar novos arranjos logísticos capazes de absorver volumes maiores, reduzir custos sistêmicos e atender a

padrões mais rigorosos de previsibilidade e sustentabilidade.

É nesse cenário que a rodocabotagem se insere como um modelo de integração modal que conecta a flexibilidade do transporte rodoviário à escala do transporte marítimo de cabotagem. O funcionamento ocorre por meio da coleta e entrega realizadas por caminhões, que transportam a carga até os portos de origem e destino, enquanto os navios assumem o percurso de longa distância pela costa brasileira.

Um aspecto que diferencia a rodocabotagem de soluções multimodais tradicionais é a possibilidade de atender também à carga fracionada, seja no formato LTL ou LCL. Por meio da integração entre malhas rodoviárias de coleta, consolidação e distribuição da carga e a rede marítima de cabotagem, torna-se viável reunir pequenos volumes de diferentes embarcadores e transportá-los sob gestão unificada. Essa configuração amplia o acesso à cabotagem para empresas de menor porte, que até pouco tempo não dispunham dessa alternativa logística.

Essa combinação distribui funções de acordo com a eficiência operacional de cada modal, transferindo para o marítimo volumes expressivos em rotas recorrentes e preservando para o rodoviário as etapas de maior proximidade, como trechos regionais e urbanos. Dessa maneira, evita-se a sobreposição de custos em longos percursos terrestres e aproveitam-se economias de escala típicas da navegação costeira, sem reduzir a importância do caminhão na matriz logística.

A consolidação desse modelo vem sendo favorecida por mudanças normativas, como a Lei 14.301, que implementou o projeto BR do Mar, e o decreto 12.555/2025 que regulamentou sua execução.



Tais medidas criaram condições para ampliar a frota de cabotagem, flexibilizar o afretamento de embarcações e reduzir barreiras regulatórias. Além disso, reforçaram competências da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) e de órgãos correlatos, conferindo maior previsibilidade para investidores e operadores.

### Impactos da rodocabotagem para o transporte de cargas

Para embarcadores industriais e varejistas, a opção pela rodocabotagem representa a possibilidade de estabilizar custos em rotas longas, reduzir a exposição a oscilações de preços de insumos logísticos e planejar estoques com maior previsibilidade. Já para as transportadoras rodoviárias, abre-se a oportunidade de reposicionar suas operações, concentrando esforços em trechos regionais, na alimentação de portos e na distribuição urbana, áreas em que o caminhão mantém vantagens operacionais.

Os portos, por sua vez, passam a demandar investimentos em retroáreas, acessos rodoviários e sistemas digitais que reduzam gargalos nas interfaces. Para o Estado, por fim, cria-se a chance de reduzir a dependência de um único modal e de construir uma matriz de transportes mais equilibrada e resiliente.

Além desses efeitos, o aspecto ambiental reforça a relevância da integração, já que o transporte marítimo apresenta emissões significativamente menores por tonelada-quilômetro em comparação ao rodoviário. Em uma simulação prática, considerando o transporte de 5 toneladas entre Blumenau (SC) e Cabo de Santo Agostinho (PE), por exemplo, a alternativa exclusivamente rodoviária gera cerca de 1,2 tCO<sub>2</sub>e, enquanto a rodocabotagem reduz esse volume para 0,2 tCO<sub>2</sub>e.

A diferença fica ainda mais clara quando observada em termos de intensidade. O modal rodoviário resulta em 240 quilos de CO<sub>2</sub>e por tonelada transportada, enquanto a rodocabotagem emite apenas 40 quilos. Essa redução superior a 83% torna tangível o impacto ambiental positivo do modelo e reforça seu papel como instrumento relevante para o cumprimento das metas de descarbonização assumidas pelo Brasil e pelas empresas inseridas em cadeias globais de fornecimento.

A consolidação desse modelo já encontra respaldo em experiências práticas do setor, em que operadoras logísticas estruturaram redes multimodais capazes de integrar frota rodoviária própria, armazéns distribuídos em diferentes regiões do país e acesso direto a navios de cabotagem. Essa configuração possibilita oferecer ao mercado um transporte contínuo e sob gestão unificada, reduzindo riscos de fragmentação de responsabilidades e garantindo maior previsibilidade aos embarcadores. Essa prática demonstra, em última instância, que a coordenação entre ativos terrestres e marítimos pode atender a diferentes setores, do consumo massivo à indústria automotiva e ao agronegócio containerizado, convertendo a rodocabotagem em solução permanente.

### Desafios e viabilização da rodocabotagem no Brasil

No entanto, a consolidação em escala nacional depende de condições estruturais que ainda precisam ser fortalecidas. A modernização da infraestrutura portuária e dos acessos terrestres é indispensável para evitar que gargalos em terra neutralizem ganhos de eficiência obtidos no mar. Da mesma maneira, a formação de mão de obra especializada, tanto marítima quanto rodoviária, deve acompanhar o crescimento do setor, uma vez que operações intermodais exigem novas competências técnicas.

A viabilidade da rodocabotagem no Brasil decorre, assim, de suas próprias características geográficas e econômicas. A concentração da população e da produção industrial em áreas próximas ao litoral cria condições naturais para que o mar seja utilizado como corredor de longa distância, em complementaridade à malha rodoviária. Essa combinação permite reduzir a dependência de percursos exclusivamente terrestres, ampliar a eficiência do escoamento de cargas e equilibrar a matriz de transportes. Ao explorar esse potencial, o país consegue responder de maneira estruturada às pressões competitivas e ambientais que orientam o comércio global,

transformando a integração entre rodovias e navegação costeira em uma estratégia de desenvolvimento logístico sustentável.



Diante desse panorama, a rodocabotagem afirma-se como componente estratégico da política de transportes brasileira. Seu avanço exige a coordenação entre Estado, operadores privados, embarcadores e transportadoras, assim como a continuidade dos investimentos em infraestrutura e tecnologia. Com essas condições asseguradas, o modelo tem potencial para ocupar posição relevante na matriz logística nacional, elevar a produtividade, fortalecer a competitividade e alinhar o país às exigências ambientais que definem o comércio internacional.

**Maurício Alvarenga é diretor-executivo da Tecmar Transporte & Logística, empresa integrante do grupo Log-In Logística Integrada**

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 30/09/2025

## ARTIGO - TECON SANTOS 10 E O ARGUMENTO GEOPOLÍTICO DO MOMENTO

Por Rafael Wallbach Schwind Opinião 30/09/2025 - 20:14



Há tempos, os principais doutrinadores de direito administrativo criticam o uso retórico de princípios muito vagos como elemento facilitador e legitimador da superficialidade e do voluntarismo. Isso acontece, segundo a doutrina, porque ninguém tem coragem de refutar “belos princípios”. Na prática, muita gente se sente autorizada a tirar conclusões concretas apenas recitando fórmulas um tanto “poéticas”.

A crítica dos estudiosos é que motivações e discussões que ficam nesse plano de generalidades são insuficientes para a adoção de conclusões concretas. A

razão é óbvia: nesse plano, quase todo mundo tem alguma razão no que diz.

A conclusão é que o “status principiológico” de certas expressões e frases tem servido demais para ocultar uma falta de critérios. Mas, segundo os estudiosos, ideias soltas não podem servir de motivação para decisões.

A crítica doutrinária se aplica com perfeição quando se trata de atos administrativos.

A Administração Pública deve se pautar pela impessoalidade e pela objetividade. Qualquer ato administrativo que não observar esses critérios mínimos, dentre outros, será inválido. Isso provoca ao administrador público um ônus argumentativo da maior relevância: suas decisões precisam ser adequadamente motivadas, e tal motivação deve estar calcada em elementos concretos, e não em simples achismos. Do contrário, o ato administrativo, que deveria ser impessoal e pautado pela objetividade, será mero produto da subjetividade, que é incompatível com o agir administrativo.

Essas ideias são especialmente relevantes no âmbito das licitações públicas. Por se tratar de um procedimento competitivo, todos os critérios de participação numa licitação devem ser previstos com base em evidências concretas acerca da sua necessidade e proporcionalidade. A previsão de requisitos restritivos à participação sem embasamento em evidências e sem a participação ampla de muitos agentes do mercado pode provocar o esvaziamento do certame.

Nesse sentido, o art. 9º da Lei 14.133 estabelece que é vedado ao agente público admitir, prever, incluir ou tolerar situações que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, ou que sejam impertinentes para o objeto específico do contrato.



Essa longa introdução é necessária para contextualizar o leitor a respeito da licitação do Tecon Santos 10.

Trata-se do certame destinado a escolher a empresa que terá o direito de explorar o maior terminal portuário do país, no principal porto da América Latina, pelos próximos 25 anos (podendo chegar a 70 anos). Nesse contexto, cogita-se criar uma proibição à participação das empresas que já operam terminais no Porto de Santos. Ainda que tais empresas estejam dispostas a abrir mão de seus empreendimentos atuais caso vençam a licitação, a restrição constante da minuta do edital submetida ao TCU, na prática, simplesmente proíbe tais empresas de participar do certame.

O fundamento para tal (inédita) restrição seria de ordem concorrencial. Permitir que os atuais incumbentes pudessem operar outro terminal no Porto de Santos supostamente proporcionaria uma concentração indevida de mercado, com a qual os mecanismos regulatórios ex post de controle não teriam como lidar.

Essa foi a conclusão da Diretoria da ANTAQ (apesar do entendimento dos técnicos da Agência em sentido diverso).

Aliás, a Secretaria de Acompanhamento Econômico e Regulação (“SEAE”) do Ministério da Fazenda, responsável pela advocacia da concorrência no Brasil, e o CADE, que é o órgão responsável pela defesa da concorrência no país, reconheceram que não há justificativa concorrencial para a restrição cogitada. Tanto é que, no painel de referência realizado pelo TCU em 29 de julho, o Presidente do CADE defendeu que restringir a participação de empresas no leilão poderia inviabilizar modelos de negócios mais eficientes para o setor. Além disso, mais recentemente, o Superintendente-Geral do CADE, em resposta a ofício do TCU, concluiu que restrições à participação devem ser proporcionais e que, no caso, se em tese houver alguma justificativa para elas, será de outra natureza “que não concorrencial”.

Suplantado o argumento concorrencial, agora se deduziu um outro possível fundamento para a indevida restrição. Em ofício encaminhado ao TCU no dia 26 de setembro, respondendo a um pedido de informações, a Secretaria de Portos afirmou que a restrição à participação seria baseada num fator geopolítico. Tratar-se-ia de um remédio estrutural para não fechar o país para novas rotas, o que poderia “vulnerabilizar o país diante da complexidade de nova reconfiguração da geopolítica mundial”.

Se for isso mesmo, trata-se da primeira vez que um argumento de natureza geopolítica é levantado para justificar uma restrição à participação de interessados numa licitação para o arrendamento de um terminal portuário. No entanto, o argumento é claramente equivocado.

Primeiro, a própria sucessão de fundamentos (inicialmente o concorrencial, agora o geopolítico) já enfraquece a nova justificativa levantada. Se havia um argumento de natureza geopolítica, por que levantar esse assunto só agora, quando os órgãos competentes para avaliar temas concorrenciais afastaram essa possibilidade? Fica a impressão de que primeiramente se decidiu pela restrição e agora tenta-se encontrar um elemento a mais para sustentá-la, já que o fundamento concorrencial inicialmente invocado foi suplantado pelas análises dos órgãos antitrustes competentes.

Segundo, será que temos realmente no Brasil uma política pública voltada a restringir a participação de grupos dotados de integração vertical? Se a temos, houve justificativa para a instituição de uma política que é contrária a uma tendência observada em todo o mundo, que é a da integração logística? Tais questões são relevantes, uma vez que nunca houve restrição com esse fundamento em outras licitações de terminais portuários. Na realidade, parece evidente que não há no Brasil uma política pública de restrição à verticalização. Tanto é que houve ao longo dos últimos anos um movimento de integração vertical no setor portuário brasileiro, por meio de alterações de controle societário que foram devidamente aprovadas pelo CADE e pela ANTAQ, inclusive muito recentemente. Jamais se invocou qualquer fundamento geopolítico para restringir esse movimento.

Terceiro, se há realmente uma política pública no país de restrição à integração logística, isso representa um significativo fechamento do Estado Brasileiro a players importantes do comércio exterior. Será uma guinada no relacionamento internacional do Brasil e de sua inserção no mercado global. No entanto, não há nenhuma notícia, por exemplo, de que o Ministério das Relações Exteriores tenha participado dessa definição, apesar de ser uma política diretamente relacionada às suas competências (art. 44 da Lei 14.600), e não às do Ministério de Portos e Aeroportos (art. 41 da mesma lei). O MPOR trata das políticas portuárias, mas se há uma questão geopolítica envolvida, não é ele o competente para defini-la.

Quarto, qual a efetiva relação entre a alegada reconfiguração geopolítica mundial e a participação de empresas que já operam terminais no Porto de Santos? Essa suposta política será empregada em todas as licitações e autorizações de terminais portuários pelas próximas décadas, ou só no Tecon Santos 10?

A conclusão é uma só: o argumento de natureza geopolítica não é real. Os fatos demonstram que não temos efetivamente uma política de restrição a integrações verticais no Brasil. E, como demonstrado pelas manifestações dos órgãos concorrenciais competentes, nem tampouco faria sentido que tal política existisse. Na prática, o fundamento “geopolítico” parece uma fórmula abstrata e desproporcional, que não pode servir de embasamento para provocar restrições à participação numa licitação tão relevante.

250930-rafael-wallbach-schwind-divulgacao.jpgRafael Wallbach Schwind é Doutor em Direito do Estado (USP) e sócio do escritório Justen, Pereira, Oliveira e Talamini Advogados.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 30/09/2025*

## VLI E TEREOS OPERAM AÇÚCAR POR FERROVIA COM COMPENSAÇÃO DE CARBONO

*Da Redação Portos e logística 30/09/2025 - 18:13*



A VLI, empresa que opera ferrovias, portos e terminais, e a Tereos, produtora de açúcar, etanol e energia, anunciaram, nesta terça-feira (30), ter feito em setembro a primeira operação ferroviária de transporte de açúcar no Brasil com compensação de carbono, do Terminal Integrador Guará, em São Paulo, ao Terminal Integrador Portuário Luiz Antonio Mesquita (Tiplam), na Baixada Santista. Danny Marchesi, gerente-geral de Sustentabilidade e Comunicação da VLI, disse que esse tipo de operação aumenta os ganhos ambientais porque os trens emitem um sexto do que seria emitido por caminhões para transportar a mesma quantidade

do produto.

As duas empresas mantêm em conjunto, desde 2020, os dois terminais, que têm capacidade para armazenar até 240 mil toneladas de açúcar, que é levado ao Porto de Santos pelo Corredor Sudeste da VLI, que liga o Centro-Oeste brasileiro ao Porto de Santos pela Ferrovia Centro-Atlântica. Segundo as companhias, nos dois entrepostos foram investidos R\$ 205 milhões.

A VLI informou que desde 2023 participa do programa SemC (Sem Carbono), de crédito de carbonos. Segundo a companhia, a partir dele, empresas que procuram compensar as emissões podem fazê-lo diretamente adquirindo créditos de carbono com tradings. No caso de operações ferroviárias, explicou, as informações sobre emissões de carbono são registradas em documentos das concessionárias para cada transporte de carga realizado.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 30/09/2025*

### GOVERNO FEDERAL E PERNAMBUCO ASSINAM PROTOCOLO PARA ZPE EM SUAPE *Da Redação Portos e Logística 30/09/2025 - 18:20*



O vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, e a governadora de Pernambuco, Raquel Lyra, assinaram, na última segunda-feira (29), em Brasília, um protocolo de intenções para criar no Complexo Industrial Portuário de Suape uma Zona de Processamento de Exportação de Pernambuco (ZPE).

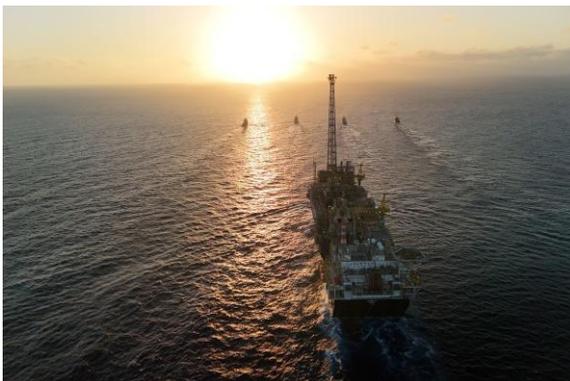
O objetivo é impulsionar a industrialização sustentável e incentivar a economia no estado e na região. O investimento previsto é R\$ 271,5 milhões em infraestrutura, acessos e área alfandegada.

A ZPE, como área de livre comércio, visa atrair empresas que produzam bens para exportação. Como atrativos, oferece isenções tributárias e vantagens cambiais e administrativas. O Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) foi feito em parceria pela administração portuária e a Fundação Getúlio Vargas (FGV).

A governadora Raquel Lyra classificou a ZPE em Suape como passo importante para fortalecer a economia pernambucana e gerar novas oportunidades para o estado. “Esse projeto vai ampliar nossa capacidade de atrair investimentos nacionais e internacionais e impulsionar a industrialização”, afirmou.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*  
*Data: 30/09/2025*

### P-78 CHEGA AO CAMPO DE BÚZIOS *Da Redação Offshore 30/09/2025 - 18:07*



A Petrobras anunciou a chegada da plataforma P-78, nesta terça-feira (30), ao Campo de Búzios, no pré-sal da Bacia de Santos. O FPSO partiu do estaleiro Benoi, em Cingapura, no último dia 13 de julho. Segundo a empresa, o equipamento foi trazido com a tripulação a bordo, o que permite que sistemas complexos sejam mantidos em condição operacional, a continuidade do processo de comissionamento e o treinamento das equipes. Com isso, o tempo entre a chegada ao local de exploração e o início da produção de petróleo será reduzido em duas semanas. Após a chegada e antes de entrar em operação, será realizado o serviço de

ancoragem e de interligação da plataforma com os poços produtores de petróleo, o que deverá levar aproximadamente dois meses.

O campo de Búzios está em águas ultraprofundas da Bacia de Santos, com profundidade de até 2.100 metros, a 180 quilômetros da costa do estado do Rio de Janeiro. O projeto Búzios 6 conta com 13 poços, sendo seis produtores, com dois conversíveis a injetores, seis injetores WAG e um injetor de gás. A unidade será interligada com dutos rígidos de produção, injeção e exportação de gás e dutos flexíveis para as linhas de serviço e de gás lift.

O FPSO P-78, que tem capacidade de, por dia, produzir até 180 mil barris de óleo e comprimir 7,2 milhões de metros cúbicos de gás, é a sétima unidade prevista para instalação no campo e vai se somar às outras seis plataformas já em operação. “A P-78 se junta às demais unidades produtoras



# INFORMS

## INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 147/2025  
Página 65 de 65  
Data: 01/10/2025  
[www.mercoshipping.com.br](http://www.mercoshipping.com.br)  
[merco@mercoshipping.com.br](mailto:merco@mercoshipping.com.br)

para incrementar ainda mais a produção do Campo de Búzios, que já superou a produção diária de 900 mil barris de petróleo”, disse a diretora de exploração e produção da Petrobras, Sylvania Anjos

O casco do equipamento foi feito em estaleiros nas cidades Yantai e Hayang, na China, e em Ulsan, na Coreia do Sul, onde foi realizada a integração dos blocos. Em seguida, ele foi levado para o estaleiro em Cingapura, no qual houve a integração e comissionamento dos módulos de topside, construídos no Brasil pelo Estaleiro Seatrium Angra dos Reis, antigo Brasfels, na China e em Cingapura.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 30/09/2025*



### MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

**ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA [MERCOSHIPPING.COM](http://MERCOSHIPPING.COM) E NO [LINKEDIN.COM](http://LINKEDIN.COM)**

Este conteúdo também está disponível na [www.mercoshipping.com](http://www.mercoshipping.com) e no [www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda](http://www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda)

*Fonte : InforMS*

*Data: 01/10/2025*